

## A Reforma Agrária não esquece os seus mártires!



# MILHARES DE PESSOAS NO ESCOURAL PARA EVOCAR CARAVELA E CASQUINHA

Págs. centrais



Pál Losonczi, Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria

## PRESIDENTE DA HUNGRIA EM PORTUGAL

Pág. 2



Um pouco por todo o País, começam a ser divulgados os nomes dos membros do PCP, do MDP e independentes integrados nas listas da APU para as próximas eleições autárquicas. Damos hoje notícia de uma série de cabeças de lista para as Câmaras e Assembleias Municipais

## Encontro em Lisboa

Dia 5, a partir das 10 h., no Pavilhão dos Desportos, realiza-se um importante Encontro de Militantes de Lisboa do PCP sobre as autarquias, subordinado ao tema "Com o PCP, com a APU, trabalhar, resolver, cumprir, reforçar o Poder Local, cumprir Abril."

Mais noticiário na pág. 3

## Álvaro Cunhal na Marinha Grande e no Montijo

No próximo sábado o secretário-geral do PCP participará em dois comícios, um às 15 e 30, na Festa do Futuro, na Marinha Grande, e outro às 19 e 30, na Festa Povo Unido, no Montijo

Pág. 6

## Suplemento / Avante!

Ano 51 - Série VII  
N.º 456  
30 de Setembro de 1982  
Suplemento n.º 22  
Não pode ser vendido  
separadamente

## Trás-os-Montes



## Vencer o passado é uma luta do presente

Págs. 8/9/10/11



Samora Machel    José Eduardo dos Santos    Aristides Pereira    Bernardo Vieira    Pinto da Costa

# Aumento da cooperação reforço da independência

Pág. 8



Um barco sem governo    Pág. 4



A pouca-vergonha à solta    Pág. 5

# SEMANA

**22**  
Quarta-feira

O Ministério da Administração Interna divulga uma nota afirmando serem "completamente falsas" as acusações de envolvimento do ministro Ângelo Correia na conspiração antiangolana conhecida por "operação Kubango", sem no entanto desmentir nenhuma das afirmações feitas aos jornalistas por um dos "operacionais" envolvidos na conspiração. Milhares de trabalhadores da indústria naval decidem convocar uma greve de 24 horas simultânea na Lisnave, Setenave e Parry & Son contra as tentativas de reconstrução do monopólio de Manuel de Mello.

A Associação de Jornalistas americanos "Newspaper Guild" protesta junto de Pinto Balsemão contra a decisão de liquidar a Anop. A Assembleia Municipal do Porto exige a divulgação do inquérito aos crimes do 1.º de Maio no Porto. A Cimeira da Praia denuncia a "culpabilidade" e a "tolerância" de "certos Esládios" que permitem que "os seus territórios sirvam de base de apoio à preparação de acções terroristas e subversivas" contra os seus países. O dia de luta na Grã-Bretanha, assinado com mini-greves, atinge dimensões inéditas desde a greve geral de 1926.

**23**  
Quinta-feira



Os Verdes

O Conselho de Gerência da Anop pretende despedir dois terços dos 260 trabalhadores da empresa, denunciam os representantes dos trabalhadores. A deputada do PCP Lida Figueiredo, afirma em Bruxelas que o acordo do Governo AD com a CEE sobre os têxteis não salvaguarda os interesses dos trabalhadores e empresários portugueses.

O Partido "Os Verdes" apresenta o seu programa, onde defende o "equilíbrio ecológico, a paz, o amor, a fraternidade e a solidariedade humana". Freltas do Amaral e Marcelo Rebelo de Sousa entregam aos partidos com assento na AR o projecto de proposta de lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas; o PCP não se fez representar em S. Bento.

A Conferência da União Interparlamentar em Roma aprova uma resolução que defende o corte de todas as relações com Israel, enquanto em Beirute toma posse como presidente do Líbano Amin Gemayel.

**24**  
Sexta-feira



Protesto em Lisboa

O Presidente da República promulga o decreto de revisão da Constituição e convoca eleições autárquicas para o dia 12 de Dezembro. Representantes dos trabalhadores do sector nacionalizam o zado anúncio a realização, em meados de Outubro, de uma jornada de luta contra a política do Governo AD e em defesa das nacionalizações; a jornada pode incluir grevas, paralisações, plenários e manifestações.

A Coordenadora da Comissão Nacional da APU anuncia a realização de um Encontro Nacional para 31 de Outubro, em Lisboa, para preparação das eleições autárquicas. Manifestação em Lisboa condena massacres israelitas no Líbano e apela à solidariedade activa com o povo palestino.

O presidente libanês, Amin Gemayel ordena uma investigação aos massacres de civis em Beirute, enquanto em Israel se sucedem as demissões dos que não estão de acordo com a política de Begin após a invasão do Líbano.

**25**  
Sábado

Os trabalhadores do Hotel Baía, em greve durante 52 dias, decidem regressar ao trabalho depois de "uma importante vitória", a plataforma acordada estabelece, entre outras coisas, a saída dos "gorilas" contratados por Nandim de Carvalho para defender os interesses do ex-patrão.

A Câmara Municipal de Pinhel é dissolvida por despacho governamental, na sequência de um inquérito desenvolvido pelo MAI a alegadas irregularidades do executivo municipal; a Câmara era de maioria AD.

Começa nas Lajes o congresso regional do PS nos Açores. É anunciado ao secretário-geral das Nações Unidas a chegada a acordo, entre o "Grupo de Contacto" e os países da Linha da Frente, sobre a aplicação do plano da ONU para a independência da Namíbia.

O departamento do Tesouro norte-americano anuncia que o défice orçamental dos EUA ultrapassou pela primeira vez na história do país os 100 mil milhões de dólares no presente ano fiscal.

Em Tel Aviv, 400 mil pessoas exigem a demissão de Begin e Ariel Sharon.

**26**  
Domingo



A CAP insatisfeita

"A AD tem como principal objectivo conquistar o completo controlo e comando das Forças Armadas", afirma Álvaro Cunhal, em Beja, a pronunciar-se sobre a proposta de lei da Defesa Nacional do Governo AD.

Representantes da CAP, reunidos em assembleia, consideram que as modificações operadas na Constituição embora importantes, são ainda insuficientes para os apetites dos agrários.

Os liberais da RFA sofrem uma estrondosa derrota nas eleições regionais do Estado de Hesse, perdendo a representação no parlamento regional, enquanto os ecologistas passam de 2 por cento para 8,4 por cento dos votos, conseguindo entrar pela primeira vez naquela órgão legislativo.

O presidente da URSS, Leonid Brejnev, apela à normalização das relações entre a União Soviética e a China na base do bom senso, do respeito e na vantagem mútua.

**27**  
Segunda-feira

O representante da CGTP-IN recebido pelo ministro do Trabalho no âmbito dos chamados encontros com "parceiros, socias", considera que a reunião foi "mais uma das manobras destinadas apenas a dar uma imagem de um governo diligente", na véspera da chegada a Lisboa do director-geral da Organização Internacional do Trabalho.

A convite de Ramalho Eanes, chega a Lisboa em visita oficial o presidente da Hungria, Pál Losonczi.

O município de Gijón acusa o governo português de desinteresse nas propostas apresentadas para a integração dos portugueses de origem cigana que vivem em bairros de lata naquela cidade das Astúrias, o que está na origem do processo de repatriação de cerca de 80 compatriotas.

Delegações de Angola e dos EUA iniciam em Luanda conversações, sobre a situação na África Austral e, em particular, sobre o processo de independência da Namíbia.

O Congresso Trabalhista britânico aprova medidas para afastar a ala "trotskista" dos cargos directivos do partido, de modo a "melhorar" a sua imagem nas próximas eleições na Grã-Bretanha.

Os "Verdes" da RFA anunciam em Bonn desejarem eleições gerais antecipadas.

**28**  
Terça-feira

O Presidente húngaro, em visita oficial ao nosso País, deslocou-se ao Palácio de S. Bento, onde foi recebido no Salão Nobre por deputados de todos os partidos parlamentares.

Anteriormente, Pál Losonczi teve um encontro com o Presidente Ramalho Eanes, no Palácio de Belém. Na sua visita à Fundação Gulbenkian, o Presidente do Conselho Presidencial da Hungria foi recebido por Azeredo Perdigão. Refira-se ainda a audiência que o visitante manteve com o ministro de Estado, Ribeiro Telles, e a sessão de cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado na capital portuguesa.

O Conselho de Gerência da Anop comunicou à CT da empresa o despedimento de 147 trabalhadores em 31 de três meses. Reunidos em plenário, os trabalhadores da Anop repudiaram esta intenção do Governo AD.

O cristão-democrata H. Kohl decidiu apresentar uma moção de desconfiança para derrubar na próxima sexta-feira o governo minoritário social-democrata de H. Schmidt.

### Editorial

## NOVAS CONDIÇÕES PARA A LUTA

A promulgação no último fim-de-semana pelo Presidente da República da lei de revisão da Constituição sanciona as alterações institucionais de fundo que o conluio de Mário Soares e do seu grupo com a "AD" tinha conseguido fazer aprovar na Assembleia da República.

Tais alterações de fundo no sistema de Poder agora promulgadas são, por esse mesmo facto e como temos vindo a denunciar, susceptíveis de criar a curto prazo graves perigos para a democracia portuguesa. Um novo passo foi dado no caminho da concretização do plano subversivo da Aliança reacçãoista contra o regime democrático.

Uma viragem de política e de Governo torna-se, cada vez mais necessária e urgente. Graves problemas se avolumam na vida do Povo e do País, nenhuma solução válida pode esperar-se de um Governo cuja inépcia e prática política antinacional estão sobejamente demonstradas.

As condições objectivas favoráveis à intensificação e ao reforço do movimento operário e popular de massas subsistem, um vasto campo de acção se abre à unidade e à iniciativa das forças democráticas.

Demitir o Governo "AD"/Balsemão/Freltas, dissolver a Assembleia da República, constituir um governo de gestão idóneo, convocar eleições antecipadas nos prazos constitucionais, são medidas que continuam na ordem do dia como condição prévia necessária para abrir caminho a uma viragem democrática na situação nacional.

O significado da revisão inconstitucional da Constituição, agora promulgada nas suas linhas gerais, deve ser visto em toda a sua latitude e consequências imediatas e a médio prazo.

Sem eufemismos de uma natureza ou de outra, sem dourar a pílula do avanço da contra-revolução nem carregar de tintas negras o poder imediato e último do regime democrático saído do 25 de Abril, importa ter uma noção exacta dos perigos, ter a clara perspectiva de luta nas novas condições da situação nacional e definir com acerto as tarefas fundamentais das forças democráticas na hora presente.

Os chefes da "AD", os seus porta-vozes e escribas, mesmo os seus aliados socialistas, tentam velar o carácter golpista da revisão que impuseram ao arripelo da vontade maioritária do Povo português — que visivelmente não se desfeza já no quadro político-partidário actual.

Os "barões" da "AD" e Mário Soares sabem muito bem que objectivos visavam com a revisão que cozinharam nas costas do Povo e tiveram a força de fazer vingar na Assembleia da República.

Liquidar as últimas posições dos militares de Abril no aparelho de Estado, através da extinção do Conselho da Revolução; suprimir os poderes de decisiva intervenção militar e política do órgão de soberania Presidente da República que não dominam e transferir-lhes para o Governo "AD"; assegurar-se do controlo dos mecanismos de fiscalização da constitucionalidade das leis e manipulá-las a favor dos interesses da reacção e do grande capital; abrir o caminho, pelas vias do Executivo e do Legislativo, à liquidação das conquistas da Revolução e à completa subversão do regime — eis os objectivos fundamentais não confessados mas evidentes que Mário Soares em nome do PS negociou com a "AD" a troco de uma mão cheia de nada.

A promulgação da revisão inconstitucional da Constituição é uma derrota parcial mas seria não do PCP mas da democracia portuguesa, não de um sector isolado da oposição à "AD" mas da própria causa do 25 de Abril.

O PCP não se sente derrotado. Em todo este processo viu reforçar-se as suas posições, robustecer-se a sua força e influência política, confirmar-se a justeza das suas análises e propostas.

Ao contrário, Mário Soares, Jaime Gama, Almeida Santos e outros dirigentes do PS, que se prestaram a fazer o frete à reacção, ficarão com os seus nomes implacavelmente ligados a este novo avanço das forças reacçãoistas.

O Povo português não o esquecerá.

O processo de revisão da Constituição não está ainda completado. Mais uma vez dependerá do PS que a "AD" consiga atingir os objectivos essenciais imediatos que se propunha.

O Governo Balsemão/Freltas entregou já na Assembleia da República e prepara-se para fazer votar rapidamente as chamadas leis complementares da lei de revisão já promulgada, ou seja: a lei de Defesa Nacional e de organização das Forças Armadas e a da composição e funções do Tribunal Constitucional, sem o que continuará em funções o Conselho da Revolução.

As forças reacçãoistas querem andar depressa mas não escondem o temor de verem ainda inviabilizados os seus esforços pela possibilidade de serem corridas da área do Poder antes da realização das eleições autárquicas.

De facto para a reacção governante, a questão das chefias militares e da concentração de todo o poder executivo no Governo, com o consequente esvaziamento dos poderes de intervenção militar e política do Presidente da República, é o problema político essencial.

Por tal objectivo, em troca dos seus votos, valeu a pena "ceder ao PS tudo o mais", no dizer de um analista reacçãoista que afirma que a revisão (inconstitucional) da Constituição foi conseguida "ao preço de cedências ao PS em matéria de organização económica sobretudo" — uma treta que mais adiante desmontaremos.

Um outro articulista da mesma área diz mesmo que até seria bom dar aos Conselheiros da Revolução "uma reforma farta, cómoda, tranquilizadora que os afaste 'para bem longe da nossa terra'. O preço seria compensador..."

Enfim reservar para mais tarde as "grandes ondas", em especial a grande ofensiva para a demissão antecipada do general Ramalho Eanes, é a evidente norma de conduta transitória das forças reacçãoistas.

As tais "cedências ao PS em matéria de organização económica" em troca dos votos socialistas na subversão do sistema do Poder consignado na Constituição de 1976 são de facto uma treta e não passam de uma cortina de fumo para ocultar dos olhos do Povo a verdadeira natureza e amplitude dos compromissos assumidos pelo PS/Mário Soares com a "AD".

Tais "alterações", que não foram feitas pela via da revisão da Constituição, estão de facto preparadas e em transe de realização pelas vias do poder executivo (o Governo) e do poder legislativo (a Assembleia da República).

É óbvio que uma vez destituído o PR dos seus poderes actuais; extinto o CR; criado o Tribunal Constitucional — que tudo aponta ficará dominado pela "AD" — nenhum obstáculo institucional sério terá possibilidades de entrar a ofensiva contra as conquistas de Abril, designadamente contra as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades dos trabalhadores.

Balsemão anunciou já o envio em breve para a Assembleia da República de uma "nova-velha" lei de delimitação dos sectores em que se avança de novo com a reprivatização da banca, dos seguros, dos cimentos e naturalmente se abririam as condições "legais" para liquidação tão breve quanto possível do sector público e nacionalizado, em especial das empresas mais rentáveis.

As maquinações legislativas do Governo "AD" conjugam-se com outras dos antigos monopolistas e latifundiários apropriados pela Revolução de Abril.

Os Mellos da antiga CUF manobram para a reconstituição do seu velho monopólio sobre o sector naval; a Lisnave, a Setenave e a Parry & Son estão sob a sua foga; Champallmaud prepara-se para reassumir o controlo da indústria cimenteira e da Siderurgia.

A CAP pela boca de Casqueiro proclama que a revisão da Constituição "permite agora uma viragem na política agrícola" ou seja, em palavras simples, a liquidação da Reforma Agrária, a liquidação dos direitos dos rendeiros, o roubo dos baldios do Povo.

A CIP entre os temores da adesão à CEE e a potência do movimento operário organizado, reclama a revogação da lei da greve o que "não se compreende que o Governo ainda o não tenha feito".

Naturalmente, o celerado "pacote laboral", que a "AD" já tem OK, aguarda a oportunidade de entrar na AR.

Ontem o Governo, mesmo sem estar promulgada a lei de extinção da ANOP, deu ordem de despedimento a 148 trabalhadores entre os quais 85 jornalistas — e entretanto acordou há dias com a "NP - Notícias de Portugal" créditos que ascendem a mais de 300 mil contos!

Paralelamente agrava-se a um nível incomportável a crise económica e financeira. A inflação era em Julho de 25,1%; a ofensiva contra os salários e o nível do emprego prossegue em larga escala; cresce o endividamento público em particular a Dívida Externa; aumenta o défice da Balança Comercial e o das Transacções Correntes; Balsemão anunciou para Outubro, como uma grande operação "contabilística", o OGE, mas silencia um défice que tudo aponta para um montante mais elevado que nunca; aumentam os gastos parasitários do Estado, criam-se novas sinecuras para a clientela da "AD", a burocracia aumenta, os gastos com o armamento e com a NATO são cada vez mais elevados.

A adesão à CEE é uma miragem cada vez mais distante. Obstáculos intransponíveis se levantam à realização desta verdadeira operação política da "AD" contra as conquistas de Abril. No momento em que entre os parcelos da CEE cresce o descontentamento pela adesão e se afirmam as intenções de abandono (casos da Inglaterra, Dinamarca e Grécia) o Governo Balsemão mendiga por essa Europa/CEE fora apadrinhamentos para a adesão de Portugal.

Isto significa que as condições objectivas para a intensificação do movimento operário, popular e democrático aumentam e que as condições para o alargamento e a intensificação da luta política contra a "AD" e o seu Governo são cada vez mais favoráveis.

As comemorações do 12.º Aniversário da CGTP-IN numa conjuntura de poderosas lutas e greves da classe operária, a reivindicação de aumento de 26% do salário mínimo nacional avançada pelo Planário de antemão reforçam a influência e a autoridade da grande central sindical unitária dos trabalhadores portugueses.

É neste quadro e nestas novas condições que se insere a luta das forças democráticas para correr com a "AD" do Poder, para restabelecer a legalidade democrática e travar a ofensiva reacçãoista contra as conquistas de Abril.

A revisão inconstitucional da Constituição deixou intactas no texto da Lei Fundamental, as liberdades democráticas essenciais. O movimento popular e democrático tem a seu favor não só a imponente e crescente força das massas como a própria força das instituições democráticas. Um novo reagrupamento de forças é inevitável — o quadro das forças políticas e partidárias já não corresponde à sua actual expressão parlamentar. Não é uma "invenção" do PCP — é uma realidade política.

A falência e o descrédito da "AD", a sua indissolúvel decomposição interna; a evidente perda de força, de influência e de coesão do PS; mesmo a prática desarticulação do esquerdismo criaram um espaço político maduro para ser preenchido por novas correntes democráticas e por novos partidos.

A "AD" e o PS/Mário Soares tentam travar este processo jogando a inútil e estafada arma das "conotações" com o PCP. Mas às novas forças que se perfilam no horizonte político não servirá certamente a tentação do anticomunismo.

O anticomunismo tem sido um passaporte para a desarticulação, a redução a migalhas (a "mietização", como diz o sr. Mário Soares), para a tumba.

As próximas eleições autárquicas trarão um reforço do PCP e da APU para as quais se viram cada vez maior número de portugueses e patriotas. Lutemos para que os seus resultados traduzam com suficiente clareza a redução da base de apoio da reacção e o alargamento da base de apoio da democracia. Lutemos para que constituam um importante passo, não apenas na defesa do Poder Local democrático, mas também na defesa do Portugal de Abril.

## Pál Losonczi em Portugal

Pál Losonczi, Presidente do Conselho Presidencial da República Popular da Hungria, regressou ontem ao seu país após uma visita oficial de três dias a Portugal, que retribui idêntica visita feita pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, àquele país. A estada de Pál Losonczi em Portugal — de que daremos mais pormenores na próxima edição — constituiu um importante passo para o reforço das relações entre os dois povos e os dois Estados, cujos reflexos esperamos se façam sentir a breve prazo.

Vem a propósito recordar que as relações entre Portugal e a Hungria são relativamente recentes, pois só se tornaram possíveis após o 25 de Abril. Existem vários acordos assinados entre os dois governos — domínio cultural, dos transportes, do turismo, da cooperação científica e técnica, etc. — mas cujas potencialidades estão muito longe de se encontrarem exploradas.

No domínio económico, o acordo assinado a 23 de Janeiro de 1975 sobre o fomento do intercâmbio comercial e da cooperação económica, industrial e tecnológica, garante o princípio de país mais favorecido para ambas as partes. O acordo exprime a vontade recíproca de aumentar consideravelmente, na base dos respectivos interesses económicos, o intercâmbio mercantil e de desenvolver a cooperação no sector industrial. O acordo prevê a criação de uma comissão mista intergovernamental.

A Câmara do Comércio da Hungria e do Fundo de Fomento da Exportação de Portugal con-

cluíram em Dezembro de 1976 um acordo de cooperação. As empresas húngaras participam de dois em dois anos na Feira Internacional de Lisboa. Em 1981 foram organizados simpósios da especialidade em Portugal sobre a produção de maquinaria para a indústria do calçado, a indústria de aparelhos de precisão e a indústria farmacêutica. No ano passado representantes de várias empresas portuguesas foram recebidos na Hungria e algumas dessas empresas participam anualmente na Feira Internacional de Outubro de Budapeste.

Na ampliação do intercâmbio são cada vez mais importantes as possibilidades de cooperação bilateral e em terceiros países, entre as empresas húngaras e portuguesas. Estão em curso conversações entre empresas da especialidade sobre a produção conjunta de equipamentos para a indústria do calçado e de jogos lógicos, assim como sobre a transformação da cortiça. Existem possibilidades de cooperação na adaptação de sistemas de produção agrícola e

realizados e nos contactos que manteve com os trabalhadores da RDA, a delegação do PCP foi alvo de manifestações de profunda amizade e solidariedade fraterna que caracterizam as relações entre o PSUA e o PCP.

Realizadas ambas as festas enquanto os acontecimentos dramáticos no Líbano estavam na ordem do dia, naturalmente a solidariedade dos comunistas franceses e italianos haveria de reflectir-se nas iniciativas de cada uma delas. Assim, em Tirrenia, nos variados debates políticos foi dado, significati-

vo fabrico conjunto de equipamentos para as indústrias alimentar e química.

### De trabalhador rural a Ministro e Presidente

Pál Losonczi nasceu a 18 de Setembro de 1919 na aldeia de Bolhó. Originalmente foi trabalhador agrícola. De 1945 a 1948 cultivou a terra que lhe foi distribuída durante a reforma agrária. De Outubro de 1948 até Janeiro 1960 foi presidente da Cooperativa de Produção Agrícola «Vörös Csillag»/Estrela Vermelha, de Barcs, fundada por sua iniciativa. Sob a sua direcção esta cooperativa ganhou fama nacional e, através dos excelentes resultados de gestão que obteve, classificou-se várias vezes no primeiro lugar do concurso nacional de produção. Na sua qualidade de presidente da cooperativa de produção agrícola e de membro dos órgãos cooperativos regionais e nacionais, participou activamente no desenvolvimento do movimento cooperativista.

De Janeiro de 1960 a Abril de 1967 foi Ministro da Agricultura.

## O PCP e o "Avante!" presentes nas festas do "Humanité" e do "Unitá"

Como é já tradição, realizaram-se de novo este ano as festas dos jornais dos partidos comunistas da França — PCF —, e da Itália — PCI —, respectivamente a Festa do «Humanité» e a Festa do «Unitá». Também como desde há muito acontece, os comunistas portugueses estiveram presentes, em ambos os casos através do camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central.

A festa do jornal do PCF realizou-se nos dias 11 e 12 de Setembro no parque da Courneuve e teve este ano, como tema central, a vida e a obra de Aragon, o escritor comunista francês. Várias iniciativas, com efeito, construíram-se à volta deste tema, tal como a exposição de pintura onde figuraram célebres nomes da pintura, contemporâneos do

escritor. Também no teatro, textos de Aragon foram representados pela Companhia de Bernard Lubat. No capítulo de espectáculos é de destacar a representação de artistas da América Latina.

Por seu lado, a festa do Unitá, realizada este ano entre 3 e 19 de Setembro em Tirrenia, Pisa, contou também com grande diversidade de iniciativas culturais — espectáculos de teatro, exposições de artes plásticas e a esperada antestreia do filme «Um Mundo Novo», de Ettore Scola.

Realizadas ambas as festas enquanto os acontecimentos dramáticos no Líbano estavam na ordem do dia, naturalmente a solidariedade dos comunistas franceses e italianos haveria de reflectir-se nas iniciativas de cada uma delas. Assim, em Tirrenia, nos variados debates políticos foi dado, significati-

vo lugar à solidariedade para com os palestinianos e os libaneses. Outro grande tema dos debates dizia respeito à situação económica, social e política de Itália. Precedendo o discurso de encerramento da Festa, no comício em que participou o secretário-geral do PCI, camarada Enrico Berlinguer, foi lida uma carta de Yasser Arafat, líder da OLP, aclamada pelos cerca de 700 mil presentes. No último dia da Festa do Unitá cerca de um milhão de pessoas visitou o recinto.

Também a Courneuve acolheu cerca de um milhão de visitantes no Domingo da Festa do Humanité que decorreu sob o signo da solidariedade aos palestinianos e libaneses, tendo-se realizado um comício junto ao stand da OLP, na Cidade Internacional, durante o qual falou o secretário-geral do PCF, camarada Georges Marchais, que aludiu à necessidade do reforço da solidariedade internacional e da luta pela Paz. No comício da Festa, coube a vez ao membro do Bureau Político, Philippe Herzog, de tomar a palavra num discurso centrado sobre os problemas da situação

económica, social e política da França, apelando aos trabalhadores no sentido de desenvolverem uma actividade mais intensa na vida política e de participarem mais vigorosamente na resolução dos problemas económicos.

Na Courneuve, o stand do «Avante!» apresentava uma exposição política, a par de venda de materiais e de um palco onde comunistas portugueses emigrados organizaram espectáculos. O sector da emigração do PCF, por seu lado, apresentou também um stand dedicado aos trabalhadores portugueses. Em ambos os stands, o camarada Aurélio Santos teve oportunidade de falar aos emigrantes radicados em França sobre a actual situação política portuguesa.

Na Festa do Unitá também um stand do «Avante!» representou o nosso jornal — exposição sobre a situação política em Portugal, venda de livros e de documentação política e venda de artesanato constituíram um atractivo para muitos visitantes interessados na situação portuguesa e na opinião do PCP acerca dos problemas nacionais.

Em Agosto de 1967. Em Abril de 1945 aderiu ao Partido Comunista Húngaro. Em Junho de 1957 é eleito membro do Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro e, em Julho de 1975, membro da Comissão Política do Partido.

É deputado à Assembleia Nacional desde Maio de 1953. É membro do Conselho Nacional da Frente Popular Patriótica desde Outubro de 1954 e membro da Presidência do Conselho Nacional, desde Abril de 1968. É membro do Conselho das Cooperativas de Produção Agri-

vo lugar à solidariedade para com os palestinianos e os libaneses. Outro grande tema dos debates dizia respeito à situação económica, social e política de Itália. Precedendo o discurso de encerramento da Festa, no comício em que participou o secretário-geral do PCI, camarada Enrico Berlinguer, foi lida uma carta de Yasser Arafat, líder da OLP, aclamada pelos cerca de 700 mil presentes. No último dia da Festa do Unitá cerca de um milhão de pessoas visitou o recinto.

Também a Courneuve acolheu cerca de um milhão de visitantes no Domingo da Festa do Humanité que decorreu sob o signo da solidariedade aos palestinianos e libaneses, tendo-se realizado um comício junto ao stand da OLP, na Cidade Internacional, durante o qual falou o secretário-geral do PCF, camarada Georges Marchais, que aludiu à necessidade do reforço da solidariedade internacional e da luta pela Paz. No comício da Festa, coube a vez ao membro do Bureau Político, Philippe Herzog, de tomar a palavra num discurso centrado sobre os problemas da situação

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1599 Lisboa CODEX. Tel. 76725769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77982877923769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 189, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31226.

Delegação do Sul Centro Distribuidor de Évora: Alcarçova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 778826776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Hecla Portuguesa, R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82.

**Tiragem média do mês de Agosto: 42 050**

**Poder local**

# Candidaturas APU avançam em todo o país

Já começaram, um pouco por todo o país, a serem divulgados e apresentados às populações, os cabeças de lista que a Aliança Povo Unido vai propor no âmbito das próximas eleições para as autarquias. Com base nas informações recebidas na nossa redacção, também aqui divulgamos alguns dos nomes que a APU tem apresentado:

## DISTRITO DE LEIRIA

### Alcobaça

O Encontro Concelhio de Alcobaça da APU, fazendo um balanço da situação quanto à formação de listas da APU no concelho, concluiu que está assegurada a participação de 50% de independentes, tendo decidido alargar ainda mais a dinâmica unitária da APU a outros democratas independentes e socialistas.

Foram entretanto divulgados os cabeças de lista da APU à Câmara e Assembleia Municipal de Alcobaça, respectivamente Arnaldo Homem Rebelo e Rogério Raimundo.

## DISTRITO DE PORTALEGRE

No decorrer do Plenário Distrital da APU realizado no passado sábado em Sousel foi divulgado que na actual fase de elaboração das listas da APU no distrito constata-se já que cerca de 50% dos candidatos não são membros nem do PCP nem do MDP/CDE.

O Plenário confirmou a orientação de continuar a trabalhar para alargar a composição política e o carácter unitário das listas da APU.

## Crato

O candidato da APU à Presidência da Câmara Municipal de Crato é Manuel António Sanchez Ferreira, de 33 anos, fun-

cionário público, residente na vila do Crato, membro do Secretariado Distrital do Sindicato da Função Pública e actual vereador pela APU.

A lista da APU para a Assembleia Municipal do Crato é encabeçada por **Marla Leonor Maia Xavier**, de 32 anos, operária agrícola, residente em Flor da Rosa.

## Nisa

Em Nisa, a lista da APU à Câmara Municipal é encabeçada por **José Manuel Basso**, médico, actual vereador pela APU.

O primeiro elemento da lista da APU na Freguesia de S. Simão, no concelho de Nisa, será **José Lopes Valente Miguens**, pedreiro e actual Presidente da Junta.

## DISTRITO DE SANTARÉM

### Almeirim

O candidato da APU à Presidência da Câmara Municipal de Almeirim é **José Manuel Sampaio**, médico pediatra, de 37 anos, natural de Almeirim.

Em documento divulgado à população José Manuel Sampaio sublinha que a vitória da lista da APU significará «o diálogo constante do povo com a Câmara, a participação popular e activa na vida do Município e a criação de espaços culturais e de convívio, onde se desenvolverão livremente as forças criati-

vas existentes em cada pessoa».

## Vila Nova de Ourém, Abrantes, Entroncamento e Torres Novas

O economista **Sérgio Ribeiro** é candidato da APU à Presidência da Câmara Municipal de Vila Nova de Ourém.

Em Abrantes, o cabeça de lista da APU para a Câmara Municipal é **Manuel Maria Lopes**, de 43 anos, chefe de Secretaria do Liceu de Abrantes, independente.

**Mário Eugénio Filipe Duarte**, de 29 anos, professor do ensino secundário, independente, é o candidato da APU à Presidência da Câmara do Entroncamento.

Em Torres Novas, o cabeça de lista da APU para a Câmara Municipal é **António Antunes Canals**, de 47 anos, programador de fábrica.

## DISTRITO DE BEJA

No decorrer da «Festa Alentejana» realizada no domingo em Beja foram divulgados os cabeças de lista da APU para as Câmaras Municipais de 11 dos 13 concelhos de Beja. Foi ainda revelado que 50% das listas da APU no distrito se encontram concluídas e que, do conjunto de onze concelhos de que já foram divulgados os cabeças de lista, em quatro — Barrancos, Beja, Cuba e Ferreira do Alentejo — os candidatos à Presidência da Câmara Municipal são-nos pela primeira vez.

## Aljustrel

Candidato a Presidente da Câmara — António Alexandre

Raposo, 45 anos, professor, actual Presidente da Câmara (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — Luís Bartolomeu Afonso de Palma, 45 anos, professor primário, membro da Comissão Regional do MDP/CDE.

## Barrancos

Candidato a Presidente da Câmara — António Guerra, independente, funcionário público.

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — João Rodrigues, independente, trabalhador agrícola.

## Beja

Candidato a Presidente da Câmara — José Carreira Marques, 39 anos, deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Beja, (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — Jorge Guedes Campos, 34 anos, médico, director do «Diário do Alentejo», (PCP).

## Castro Verde

Candidato a Presidente da Câmara — Fernando Casais, 29 anos, professor, actual Presidente da Câmara Municipal, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — Raul Neves, 39 anos, escriturário, actual Presidente da Ass. Municipal (PCP).

## Cuba

Candidato a Presidente da Câmara — António Simões Brás, 34 anos, empregado bancário, vereador entre 1976-1979, ac-

tual Presidente da Assembleia Municipal (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — José Duarte Sales de Brito Palma, 32 anos, arquitecto, Vereador da Câmara de Cuba entre 1976-79 e 1979-82, (PCP).

## Ferreira do Alentejo

Candidato a Presidente da Câmara — José João Guerreiro, 31 anos, funcionário público, actual vereador (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — Joaquim Higino Piedade, 55 anos, pequeno comerciante (PCP).

## Mértola

Candidato a Presidente da Câmara — Fernando Ribeiro Rosa, actual Presidente da Câmara de Mértola, empregado de comércio (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — Armando Branco, 66 anos, caixeiro viajante, Presidente da Assembleia Municipal, (PCP).

## Odemira

Candidato a Presidente da Câmara — Justino Santos, 40 anos, médico, Presidente da Câmara desde 1976, (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — José Silva, operário (PCP).

## Ourique

Candidato a Presidente da Câmara — Francisco Felgueiras Rodrigues, 35 anos, profissional de seguros, adjunto do Governador Civil de Beja em 1974/1975, Presidente da Câ-

mara de Cuba no mandato de 1976/79 e 1979/82 (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — Gonçalves André, jornalista, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

## Serpa

Candidato a Presidente da Câmara — João Rocha, 32 anos, professor, actual Presidente da Câmara de Serpa (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — José Machado Moreira Rita, operário agrícola, membro suplente do CC do PCP.

## Vidigueira

Candidato a Presidente da Câmara — Carlos Pinto Goes, 47 anos, bancário, Presidente da Comissão Administrativa Municipal em 1974/76 e actual Presidente da Câmara Municipal (PCP).

Cabeça de Lista para a Ass. Municipal — António Carvalho Bonito, pequeno industrial, independente.

## DISTRITO DE FARO

### Vila do Bispo

Numa sessão realizada no sábado com cerca de três centenas de pessoas, a APU apresentou à população os seus candidatos às Presidências da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Vila do Bispo.

**José António Rosado Spínola**, licenciado em História e professor do ensino secundário é o candidato da APU à Presidência da Câmara Municipal.

**Joaquim Maurício**, electricista e vereador da APU desde 1976 é o candidato da APU à Presidência da Junta de Freguesia de Vila do Bispo.

## Plenário em Vila Franca

A preparação das próximas eleições autárquicas no concelho de Vila Franca de Xira foi o tema principal de um plenário realizado no passado dia 22 que reuniu cerca de duas centenas de militantes comunistas e activistas da Aliança Povo Unido.

No decurso do referido plenário, presidido por Carlos Braga, vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, foi analisado o desenvolvimento do trabalho preparatório da candidatura APU aos diversos órgãos autárquicos daquele concelho.

Na ocasião, José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, proferiu uma intervenção sobre a situação política actual no País.

## Encontro em Sacavém

A Aliança Povo Unido realiza no próximo dia 8 de Outubro, pelas 21 horas, em Sacavém, um Encontro com a população para apresentação dos seus candidatos às próximas eleições autárquicas. O referido Encontro, para o qual a APU convida a população de Sacavém, terá lugar no Sport Grupo Sacavenense.

A APU anunciou, entretanto, que Carlos Rodrigues de Sousa é cabeça de lista aos órgãos autárquicos da freguesia. Carlos Rodrigues de Sousa, de 35 anos, é operário electricista na Fima de cuja Comissão de Trabalhadores faz parte. O candidato da APU à Junta de Freguesia de Sacavém é igualmente membro da Comissão Executiva da Comissão de Trabalhadores da Unilever e foi director da Cooperativa «A Sacavenense».

## Festa no Cacém

Cerca de dois milhares de pessoas participaram na Festa APU realizada no Cacém, no passado domingo.

A iniciativa culminou com um comício ao qual esteve presente Jerónimo de Sousa, membro do Comité Central do PCP. Aquele dirigente do PCP, no decurso da sua intervenção, analisou pormenorizadamente a actual situação política existente no País e as próximas eleições autárquicas.

Ao comício de encerramento da Festa APU no Cacém esteve igualmente presente Lino Paulo, vereador pela APU na Câmara Municipal de Sintra e que será novamente candidato pela APU às próximas eleições.

## Plenário em Ílhavo

No próximo dia 4 de Outubro, no Cinema Velho, em Ílhavo, realiza-se um plenário concelhio de candidatos e activistas da Aliança Povo Unido, para discussão das listas a apresentar nas próximas eleições para as autarquias. A preparação da campanha eleitoral será ainda um dos pontos da ordem de trabalhos do plenário, que terá início às 2,30 horas.

## Reunião em Coruche

O balanço da gestão autárquica da Aliança Povo Unido e a preparação das próximas eleições serão os temas em debate na reunião que terá lugar no próximo dia 2 de Outubro, às 15 horas, no Centro de Cultura Popular de Coruche.

## Festas em Gaia e na Maia

José Viana e Dora Leal estarão com o seu grupo e a peça «A pata que os pês» em Leça do Balio — Araújo no dia 1 de Outubro, sexta-feira, pelas 21.30 no Largo das Festas do Carvalho Santo, em Gaia no dia seguinte, 2 de Outubro, no pavilhão do Futebol Clube de Gaia, às 21.30, e na tarde do dia 3 na Bouça das Pretas em Pedrouços, Maia.

Estes espectáculos estão integrados em Festas da APU realizadas nas referidas localidades, sendo de destacar que o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, fará uma intervenção política em Gaia, no dia 2, e estará presente, na tarde do mesmo dia, no convívio previsto para Bouça das Pretas, em Pedrouços (Gaia).

## Maratona APU

Realiza-se no próximo dia 24 de Outubro a II Meia Maratona Povo Unido, em atletismo, organizada pela Comissão para as Actividades Desportivas da Aliança Povo Unido, no distrito de Lisboa.

A prova terá início às 10 horas, de dia 24, junto ao Palácio Galveias em Sintra e chegada junto ao cinema Lido, na Amadora.

Aquele Comissão da APU considera que a II Meia Maratona constituirá uma oportunidade de competição para os atletas e para os clubes propiciará o convívio entre todos os participantes.

As inscrições podem ser entregues ou enviadas pelos CTT para: Avenida da Liberdade, 170 — 1700 Lisboa Comissão Actividades Desportivas Culturais e Recreativas.

## Concentração no Cacém

Centenas de moradores no Cacém concentraram-se no passado dia 23 junto ao túnel em protesto contra a demora na sua conclusão.

No ocasião, a população ali concentrada exigiu a imediata conclusão da obra que se arrasta há já seis anos e aprovaram uma moção na qual afirmam que: «os moradores presentes na concentração realizada no túnel, em 23 de Setembro de 1982, manifestam a sua intenção de no prazo de 15 dias, caso as obras não sejam retomadas, deslocarem-se à Câmara Municipal de Sintra e ali exigirem que se ponha fim a esta vergonhosa situação».

## «Viva a Juventude» Festival no Porto

Depois de mais de um mês de espera pela resposta da Câmara — que não chegou — ao pedido de três locais alternativos na cidade, e face a este desprezo da Câmara «AD» pelas iniciativas da juventude, a comissão organizadora do festival «Viva a Juventude», recorreu ao aluguer do Pavilhão do Académico do Porto, onde se realizará o festival.

O «Viva a Juventude», inicia-se pelas 10 horas do dia 3 e prolonga-se até ao fim da tarde.

Do programa e a destacar: o debate aberto com o camarada Carlos Costa do Secretariado e da Comissão Política do CC, concerto rock com os UHF; Mais de duas dezenas de grupos de bairros e zonas da cidade, de Teatro e de Música, mostrarão toda a dinâmica e criatividade da juventude.

As intervenções de possíveis candidatos jovens nas listas da APU e das comissões juvenis de apoio à APU serão um momento importante do festival.

Exposição, bares, stands e outras surpresas estão também à espera da juventude do Porto no Pavilhão do Académico no próximo dia 3.

## S. Braz de Alportel

No próximo sábado, às 15 horas, na Sociedade Columbófila de São Braz de Alportel, realiza-se um plenário da Aliança Povo Unido, de âmbito concelhio. O plenário que suscita grande expectativa junto da população, discutirá a campanha eleitoral para as autarquias.

## Plenário em Lagos

No próximo dia 5 de Outubro, em Lagos, também está prevista a realização de um plenário da Aliança Povo Unido. Os organizadores aguardam grande participação nesta iniciativa da Aliança Povo Unido que discutirá a elaboração das listas APU para o concelho, assim como o programa eleitoral. O trabalho preparatório das eleições decorre em Lagos com aspectos muito positivos, registando-se nas listas a propor um aumento sensível da participação feminina assim como uma participação de 50 por cento de elementos independentes.

## «JAPU», Covilhã

A Comissão da Juventude APU da Covilhã («JAPU»), vai lançar para os primeiros dias de Outubro, uma série de sessões de convívio em várias localidades do concelho. O programa integra a projecção do filme «Droga, uma liberdade que mata» seguida de debate e, na segunda parte, a projecção do filme «Tchapiev». São as seguintes as datas e as localidades:

2 de Outubro, pelas 21 horas — na Aldeia do Carvalho, Escola Primária; dia 3, 21 horas, Covilhã, no Centro de Trabalho do PCP; dia 4, 21 horas, em Tortozendo, na sede antiga do grupo «Os Unidos de Tortozendo»; dia 5, 16 horas, no Teixoso, Escola Primária; dia 8, às 21 horas, na Escola Primária de Boidobra.

# APU — única alternativa na gestão municipal de Gondomar

Com a participação de algumas centenas de activistas, realizou-se no passado sábado na Escola Preparatória de Rio Tinto o Encontro Concelhio de Gondomar da Aliança Povo Unido.

Ángelo Velloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, que proferiu a intervenção de encerramento do Encontro, referiu-se à situação política, nacional, abordou algumas das questões colocadas pelas próximas eleições para as autarquias, à luz das numerosas intervenções registadas durante o Encontro, analisou alguns dos problemas ligados aos objectivos e perspectivas da APU para as eleições autárquicas no concelho.

Depois de ter feito referência ao agravamento dos perigos resultantes do plano da «AD» contra a democracia, agravados com a promulgação da revisão constitucional, Ángel Velloso sublinhou que, apesar dos perigos, as forças democráticas são mais fortes que a reacção. Afirmou igualmente que se mantém a actualidade das quatro reclamações que o PCP tem colocado: a demissão do Governo «AD», a nomeação de um governo de gestão isento, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas antecipadas.

No que respeita às eleições autárquicas, Ángel Velloso referiu a abertura da APU à participação de militantes socialistas e sublinhou ser a Aliança Povo Unido, quer pela sua composição quer pelo programa, a única força política de tónica socialista que se apresenta ao eleitorado, afirmando que não é necessário sair do PS para que um socialista

lute no quadro da APU, para estar nas listas da APU, para votar APU.

Abordando algumas questões concretas das eleições autárquicas em Gondomar, Ángel Velloso enalteceu a actuação dos vereadores da Aliança Povo Unido, Armando Pimenta e Fernando Severo. Sobre a acção desenvolvida por Fernando Severo, durante um ano, à frente do pelouro da Habitação da Câmara de Gondomar, como vereador a tempo inteiro, Ángel Velloso salientou que nas condições difíceis de vereador a tempo inteiro numa «Câmara «AD», o camarada Fernando Severo soube manter-se ligado e defender os interesses das populações apesar das manobras da «AD».

Raul Castro, vice-Presidente do MDP/CDE, que interveio na abertura do Encontro, afirmou, nomeadamente, que a APU é a única coligação eleitoral estabelecida e com força crescente, porque tem mantido uma política permanente de identificação com os interesses populares e porque representa uma dinâmica unitária, aberta à participação de homens e mulheres sem filiação partidária e de muitos aderentes do Partido Socialista.

No decurso dos trabalhos, numerosos activistas ventilaram os mais diversos problemas do concelho e das freguesias, apontando a acção a desenvolver pelos eleitos da APU nas autarquias em defesa dos interesses das populações.

Foram particularmente aclamadas algumas intervenções, entre as quais a de Fernando Pinto, filiado da LOC-Liga Ope-

rária Católica, que «falando como homem e como cristão» se afirmou comprometido juntamente com comunistas, com militantes do MDP, com independentes, com cristãos, com socialistas, etc, assumindo-se todos como homens num projecto de transformação da sociedade. E concluiu: «O voto útil a nível local significa confiar na Aliança Povo Unido».

O Encontro aprovou uma proclamação a dirigir à população do concelho, subordinada ao título geral: «APU — A Única Alternativa para melhorar Gondomar», e ratificou a constituição da Comissão Coordenadora Concelhio de Gondomar da Aliança Povo Unido, constituída por cerca de cem democratas, reflectindo o enraizamento da APU nas populações do concelho.

Na proclamação aprovada afirma-se nomeadamente: «é assim que a APU assumiu em 1981 a responsabilidade do Pelouro Municipal da Habitação; que a APU se assume como força maioritária na Junta de Freguesia de Fanzeres quando PS desertar; que a APU encara consequentemente o descontentamento popular na luta contra o aumento das tarifas; que a APU mesmo em minoria, assume responsabilidades particulares em diversos órgãos».

A APU no concelho de Gondomar tem hoje a riquíssima experiência acumulada. Os seus eleitos têm exercido a sua actividade nas mais diversas condições relativamente ao poder, na Câmara e em diversas freguesias, normalmente em minoria, mas em toda a parte exercendo trabalho honesto, competente e dedicado».

## Numa proposta em quatro pontos

# APU ensina à «AD» como travar falta de água no Concelho de Lisboa

Com uma proposta em quatro pontos apresentada em recente reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, a Aliança Povo Unido apontou caminhos viáveis e eficazes para se minorar substancialmente a falta de água potável no concelho de Lisboa, sobretudo nos meses de Verão (de Junho a Setembro, inclusive). As soluções propostas — exequíveis a curto prazo — assentam na poupança e no aproveitamento dos recursos existentes e exigiram a intervenção e o empenhamento directos da Câmara Municipal de Lisboa.

Isto partindo do facto de a Câmara Municipal de Lisboa ser o maior consumidor individual de água potável do Concelho, com consumos que atingem hoje cerca de 11 milhões de m³ anuais, o que representa 8,5% do total gasto na Região de Lisboa e 16,7% da zona da cidade.

Deste total de água potável consumida anualmente pela CML, cerca de 40% (4,5 milhões de m³) são utilizados em regas jardins e espaços verdes e lavagens de ruas — trabalho obvio que estes tratamentos não são feitos de molde a poupar-se água.

Enunciaremos os pontos da proposta da APU para enfrentar este gravíssimo problema (e enquanto não entram em funcionamento as grandes obras de reforço do abastecimento — Projecto do Castelo de Bode — previstas e necessárias desde a década de 60 mas só lançadas a partir de 1975/76).

### Uma proposta em quatro pontos

É seguinte, a proposta da APU, apresentada pelo seu representante Rui Godinho na Assembleia Municipal da CML:

- 1 — Que sejam executados furos de pesquisa de água nos principais jardins e zonas verdes da cidade (Campo Grande, Parque Eduardo VII, Praça do Império, por exemplo) a fim de garantir caudais de água para alimentação das redes de rega, enchimento de lagos, fontes de ornamentação, pistas de remo e outras actividades aquáticas dos respectivos jardins, por forma a dispensar a utilização da rede de água potável da EPAL;
- 2 — Que nos novos jardins e zonas verdes a construir em Lisboa sejam consideradas de raiz captações próprias de água, executadas no local ou nas imediações para os mesmos fins referidos no ponto anterior e com os mesmos objectivos de autonomia em relação à rede da EPAL;
- 3 — Estimando-se em cerca de 3000 as origens de água existentes na cidade de Lisboa, desde poços e furos a minas e cisternas, que não estão a ser convenientemente aproveitadas, propõe-se que o seu inventário e cadastro sejam actualizados por forma a que as águas aí existentes possam ser utilizadas, particularmente durante o Verão, quer para a lavagem de

ruas (limpeza urbana) quer para a lavagem dos principais mercados da cidade através da utilização de autotanques dos Serviços de Limpeza da Câmara e do Batalhão de Sapadores Bombeiros;

4 — Que se estude a possibilidade de os principais mercados da cidade serem providos de reservatórios, devidamente dimensionados, a fim de, também especialmente em situações de estiagem, poderem ser alimentados através de autotanques desde as cerca de 3000 origens de água subterrânea existentes na cidade, constituindo-se assim reservas para as convenientes lavagens sem utilização da água potável da rede da EPAL.

«Se tais medidas forem tomadas com urgência — considera a APU — o Município de Lisboa dará uma significativa contribuição para minorar as faltas de água na cidade e mesmo na Região de Lisboa durante os meses de Junho a Setembro (inclusive) dos próximos anos», sendo ainda de notar que a água potável que a CML gasta anualmente na rega de jardins e limpezas urbanas daria para abastecer a cidade de Lisboa durante 23 dias e toda a Região durante 12 dias.

Estas medidas seriam implementadas pela APU de imediato se fosse Câmara (sem embargo de outras de carácter complementar que o prosseguimento do estudo de acções a lançar recomendasse).

Mas é de certeza o que a APU fará de imediato quando tiver responsabilidades executivas no próximo mandato.

## URAP no IX Congresso da FIR

Realizou-se de 8 a 10 de Setembro o IX Congresso da Federação Internacional dos Resistentes, que teve lugar em Berlim. Congregando no seu seio 66 organizações de 28 países, fundada em 1951, a FIR, organização de carácter unitário, tem desempenhado importante papel na luta em defesa da Paz e contra a corrida aos armamentos — papel a que este Congresso deu especial relevo.

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses — URAP —, fez-se representar neste IX Congresso da FIR pelos seus associados Levy Baptista e Emílio de Campos Lima, que foram portadores de uma mensagem do Conselho Directivo da URAP dirigida ao Congresso, tendo participado activamente

nos trabalhos.

A URAP passou a fazer parte do Conselho Geral, que engloba

as organizações filiadas na FIR, e foi eleita para o «bureau» da Federação.

## Comissão juvenil

No Centro Escolar Republicano Elias Garcia, em Lisboa na Calçada do Cascão, n.º 15, haverá um plenário da Comissão Juvenil Unitária de apoio à APU, sábado dia 2 de Outubro, às 15 horas

## Pioneiros inauguram parque infantil

Realiza-se no dia 5 de Outubro, durante todo o dia, na freguesia de Campo, em Valongo, uma festa de inauguração do Parque Infantil dos Pioneiros de Portugal.

O parque foi oferecido pelos trabalhadores da Lisnave aos Pioneiros de Campo que com a ajuda dos camaradas e amigos do Partido conseguiram um terreno para a sua instalação.

A partir do dia 5 de Outubro, os Pioneiros de Campo põem à disposição das crianças da sua terra este parque infantil.

A festa de inauguração conta com pintura de um mural, plantação de árvores, atletismo, jogos, teatro, música e palhaços.

# Decidido para Outubro Encontro Nacional da APU

Realizar-se-á no próximo dia 31 de Outubro um Encontro Nacional da Aliança Povo Unido por decisão da sua Comissão Coordenadora da Comissão Nacional. O debate das eleições autárquicas no quadro da situação política nacional é o objectivo desta grande iniciativa que, entre os temas a tratar, fará um balanço das listas apresentadas pela APU e das suas características e abordará o estilo e conteúdo da campanha eleitoral, as linhas gerais dos

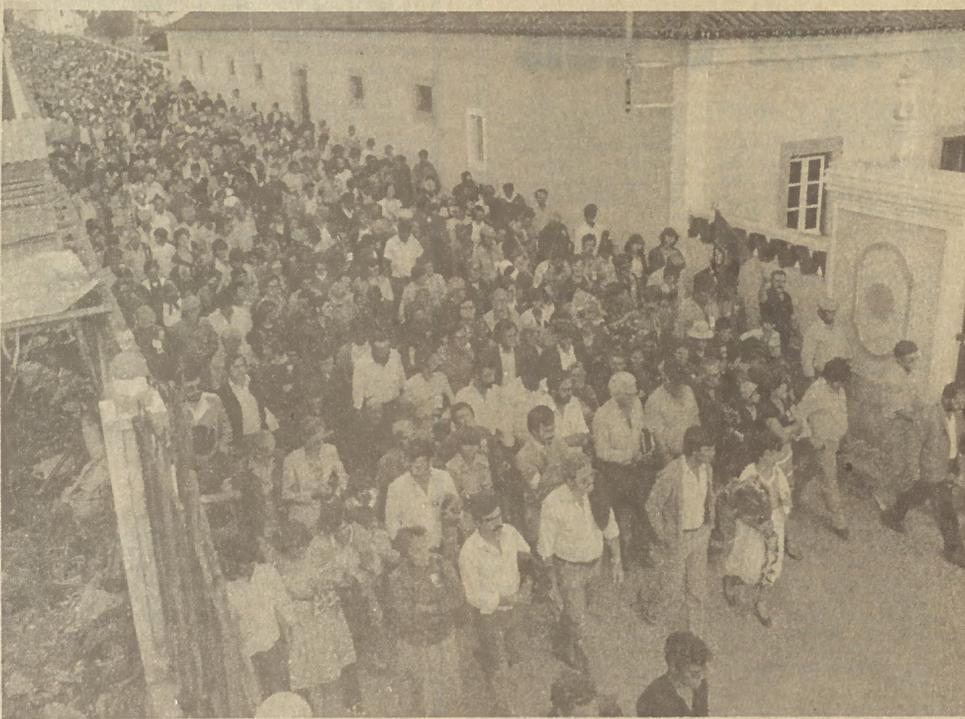
programas eleitorais, a ofensiva da «AD» contra o Poder Local e as realidades da APU nas Autarquias.

Participarão cerca de 1500 pessoas, designadamente representantes das direcções do PCP e do MDP/CDE, os membros da Comissão Nacional da APU (incluindo os presidentes de Câmaras da APU e outros eleitos), os cabeças de lista da APU às Câmaras e Assembleias Municipais e activistas da APU de todo o País.

Pelos critérios definidos pela Comissão Coordenadora para a participação no Encontro e pelo facto de 50% dos candidatos da APU serem independentes, decorre que metade dos participantes não deverão ser militantes do PCP nem do MDP/CDE.

Está previsto que o presidente do MDP/CDE, **José Tengarrinha**, fará a intervenção de abertura do Encontro, e **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP, proferirá a intervenção de encerramento.

PCP



Nas ruas do Escoural, milhares de pessoas em direcção ao cemitério, na sentida romagem às campos dos camaradas assassinados há três anos

# A terra alentejana não esquece os camaradas Caravela e Casquinha

A terra alentejana não esquece Caravela e Casquinha, dois trabalhadores que tombaram em defesa da mais bela conquista de Abril.

Foi há três anos, na Herdade Vale Nobre, da UCP Bento Gonçalves, no concelho de Montemor-o-Novo, quando, juntamente com centenas de outros trabalhadores, defendiam a Reforma Agrária.



A expressão da dor nos rostos dos familiares dos camaradas assassinados há três anos, na Herdade Vale Nobre, da UCP Bento Gonçalves: a viúva de Caravela e os pais de Casquinha. Uma mágoa que os anos não apagam

Três anos que não apagam nem a dor dos familiares e dos companheiros dos dois trabalhadores alentejanos, nem a exigência firme, por parte dos democratas, do apuramento das responsabilidades e punição dos criminosos. Dos que dispararam. E dos que mandaram disparar.

A luta, entretanto, continua e a melhor homenagem que se pode prestar a Caravela e Casquinha é a mobilização e a unidade de todos os trabalhadores para defesa da Reforma Agrária, transformação e conquista de Abril que continua a ser alvo da ofensiva destruidora dos inimigos da liberdade e do regime democrático.

Foi, aliás, esse inabalável estado de espírito, tão característico do povo alentejano — a mobilização e a unidade para as grandes tarefas e lutas do dia-a-dia — que dominou a jornada da homenagem realizada no passado domingo, no Escoural, em memória dos dois companheiros barbaramente assassinados pelas balas da GNR.

Muito antes da hora prevista para o comício com o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, já as ruas do Escoural, marcadas pelo branco da típica casa alentejana, apresentavam um intenso movimento, com milhares de pessoas em deslocamento para o campo de futebol.

Ali viria o decorrer o comício, com intervenções dos camaradas Henrique Pinto Sá (Comissão Concelhia de Montemor), Luísa Simões (JCP) e Alvaro Cunhal.

Para a tribuna improvisada, subiram também o camarada Diniz Miranda, da Comissão Política do CC, e camaradas da Direcção Regional do Alentejo, da Comissão Distrital de Évora, da Comissão Concelhia de Montemor, da Comissão de Freguesia do Escoural e ainda trabalhadores comunistas de UCP's e Cooperativas.

nal da JCP em Novembro próximo.

No seu discurso, pronunciado de improviso, o camarada Alvaro Cunhal salientou a profunda transformação que a Reforma Agrária trouxe aos campos do Alentejo e Ribatejo e o vasto trabalho desenvolvido pelos operários agrícolas nas UCP's e Cooperativas.

Referiu-se à ofensiva dos sucessivos governos contra a Reforma Agrária, desde os tempos de Lopes Cardoso e António Barreto até à actualidade, tendo apontado numerosos exemplos da violência, do roubo e da pilhagem contra os trabalhadores e as UCP's/Cooperativas.

Alvaro Cunhal sublinhou a exigência dos democratas quanto ao apuramento das responsabilidades e punição dos criminosos que assassinaram os dois trabalhadores alentejanos, tendo recordado igualmente os acontecimentos do 1.º de Maio, no Porto, onde também foram mortos dois trabalhadores comunistas. Que é feito desses inquiridos? — perguntaria a dado passo.

A acção do Governo "AD" e a urgente necessidade da sua demissão, a política de alianças à direita de Mário Soares, a revisão constitucional acordada pela "AD" e o grupo de Mário Soares e as suas consequências para o regime democrático, a posição do PCP face à lei de defesa nacional recentemente apresentada por Freitas do



O comício do Escoural decorreu no campo de futebol, seguindo-se depois a romagem

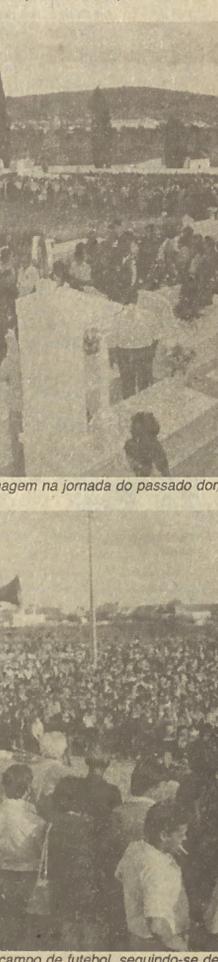
Amaral e a grande batalha das eleições autárquicas foram os principais temas abordados na intervenção do secretário-geral do PCP.

No decorrer do comício, o camarada Alvaro Cunhal recebeu um trabalho em cortiça (a foíce e o martelo), oferecido pelos trabalhadores da UCP «Salvador Joaquim do Pomar» ao PCP.

Após a intervenção do secretário-geral do Partido, feita de improviso, os presentes dirigiram-se em cortejo ao cemitério do Escoural, para uma romagem às campos dos camaradas assassinados.

Incorporaram-se no desfile a grande maioria dos habitantes do Escoural e também alguns camaradas oriundos de outras localidades, numa sentida homenagem aos companheiros que tombaram na luta e, ao mesmo tempo, numa afirmação de combatividade na defesa e solidariedade para com a Reforma Agrária e todos os que, nos campos do Alentejo e Ribatejo, ligaram à sua vida e a sua acção quotidiana à bela conquista de Abril.

Tal como já sucedera durante o comício, o sentimento comum dos milhares de presentes expressava, nos rostos emocionados de homens, mulheres e jovens, a exigência de urgente justiça e a certeza de que a terra alentejana não esquece Caravela e Casquinha e de que o seu exemplo está bem vivo na acção e na luta dos trabalhadores.



especialmente a utilização da aparelhagem sonora, a capital do Baixo Alentejo viveu uma jornada de franca confraternização popular, num espaço aberto ao contacto vivo e directo com várias expressões da cultura, da arte, da música e do esclarecimento político.

Além da música popular portuguesa (Carlos Mendes, Luísa Basto, João Fernando, Grupo de Intervenção «Semente à Terra», etc.), da música coral e fol-

clórica (Grupo do Bairro Social de Beja e os Ceifeiros de Cuba) e do «rock» especialmente para as camadas mais jovens («Jáfu-mega»), a Festa Alentejana incluiu um diversificado conjunto de iniciativas que mereceram a adesão e o interesse de muitos visitantes. Foi, por exemplo, o caso do pavilhão político, a presença da JCP, a venda de artesanato da região (com destaque para a cerâmica e os trabalhos em cortiça), a exposição política, o pavilhão do livro e do dis-

co, o serviço de restauração (com as delícias da região), etc.

Esteve também patente uma exposição colectiva de pintura desenho, com trabalhos dos seguintes artistas: António Neves, António Paizana, Figueira Mestre, Banza de Sousa, J.M. Costa Martins, Leonel Bornela, Manuel da Palma e Mariana Castilho.

A Festa Alentejana decorreu no parque de campismo da cidade de Beja, tendo algumas das actuações dos artistas ocor-

da um balanço completo, podemos afirmar que para além dos membros do Partido e do MDP/CDE (que queremos saudar) mais de 30% são independentes mais de 10 são membros ou foram candidatos do PS".

O camarada José Mota divulgou em seguida os cabeças de lista APU (Câmaras e Assembleias Municipais) do distrito de Beja (artigo nouro local desta edição do «Avante!»).

"Em relação a Almeida (um dos 14 concelhos de Beja) embora as listas estejam em fase adiantada e definido o cabeça de lista, estamos a fazer esforços para alargar a luta no campo das forças democráticas. Pelo que os candidatos a este concelho apenas serão divulgados em Outubro. Estamos convencidos que a solução encontrada constituirá uma surpresa para muitos, mas antes, será um facto importante para a pos-

da um balanço completo, podemos afirmar que para além dos membros do Partido e do MDP/CDE (que queremos saudar) mais de 30% são independentes mais de 10 são membros ou foram candidatos do PS".

O camarada José Mota divulgou em seguida os cabeças de lista APU (Câmaras e Assembleias Municipais) do distrito de Beja (artigo nouro local desta edição do «Avante!»).

# Festa Alentejana, em Beja

O comício com o camarada Alvaro Cunhal no domingo, ao princípio da noite, constituiu o ponto alto da Festa Alentejana, jornada de convívio popular que decorreu no passado fim-de-semana na cidade de Beja.

O mau tempo que se fez sentir particularmente no sábado impossibilitou a realização de alguns espectáculos desta primeira edição da Festa Alentejana. Apesar das contrariedades impostas pela chuva, que afectou

especialmente a utilização da aparelhagem sonora, a capital do Baixo Alentejo viveu uma jornada de franca confraternização popular, num espaço aberto ao contacto vivo e directo com várias expressões da cultura, da arte, da música e do esclarecimento político.

Além da música popular portuguesa (Carlos Mendes, Luísa Basto, João Fernando, Grupo de Intervenção «Semente à Terra», etc.), da música coral e fol-

clórica (Grupo do Bairro Social de Beja e os Ceifeiros de Cuba) e do «rock» especialmente para as camadas mais jovens («Jáfu-mega»), a Festa Alentejana incluiu um diversificado conjunto de iniciativas que mereceram a adesão e o interesse de muitos visitantes. Foi, por exemplo, o caso do pavilhão político, a presença da JCP, a venda de artesanato da região (com destaque para a cerâmica e os trabalhos em cortiça), a exposição política, o pavilhão do livro e do dis-

co, o serviço de restauração (com as delícias da região), etc.

Esteve também patente uma exposição colectiva de pintura desenho, com trabalhos dos seguintes artistas: António Neves, António Paizana, Figueira Mestre, Banza de Sousa, J.M. Costa Martins, Leonel Bornela, Manuel da Palma e Mariana Castilho.

A Festa Alentejana decorreu no parque de campismo da cidade de Beja, tendo algumas das actuações dos artistas ocor-

da um balanço completo, podemos afirmar que para além dos membros do Partido e do MDP/CDE (que queremos saudar) mais de 30% são independentes mais de 10 são membros ou foram candidatos do PS".

O camarada José Mota divulgou em seguida os cabeças de lista APU (Câmaras e Assembleias Municipais) do distrito de Beja (artigo nouro local desta edição do «Avante!»).

"Em relação a Almeida (um dos 14 concelhos de Beja) embora as listas estejam em fase adiantada e definido o cabeça de lista, estamos a fazer esforços para alargar a luta no campo das forças democráticas. Pelo que os candidatos a este concelho apenas serão divulgados em Outubro. Estamos convencidos que a solução encontrada constituirá uma surpresa para muitos, mas antes, será um facto importante para a pos-

# José Mota: "Estamos a trabalhar as 14 Câmaras de Beja ficaremos"

Depois de apresentar "as nossas fraternais saudações em nome da Comissão Distrital de Beja do PCP, a todos os visitantes da 1.ª Festa Alentejana", o camarada José Mota, do CC afirmou:

"Tem esta nossa iniciativa como objectivo central o Poder Central, com vista às próximas eleições para as autarquias, em 12 de Dezembro. Não é de mais salientar que as eleições são uma grande batalha política, e

que os seus resultados terão repercussões tanto no Poder Local democrático, como na evolução da situação política geral, para o futuro do regime democrático.

"Embora o prazo da entrega das listas seja em 28 de Outubro, no nosso distrito mais de 50% das listas estão já completas e definidos os cabeças de lista.

"Em relação às nossas listas, muito embora não haja ain-

da um balanço completo, podemos afirmar que para além dos membros do Partido e do MDP/CDE (que queremos saudar) mais de 30% são independentes mais de 10 são membros ou foram candidatos do PS".

O camarada José Mota divulgou em seguida os cabeças de lista APU (Câmaras e Assembleias Municipais) do distrito de Beja (artigo nouro local desta edição do «Avante!»).

"Em relação a Almeida (um dos 14 concelhos de Beja) embora as listas estejam em fase adiantada e definido o cabeça de lista, estamos a fazer esforços para alargar a luta no campo das forças democráticas. Pelo que os candidatos a este concelho apenas serão divulgados em Outubro. Estamos convencidos que a solução encontrada constituirá uma surpresa para muitos, mas antes, será um facto importante para a pos-

# Intervenção de Álvaro Cunhal

Em primeiro lugar desejo felicitar a organização do distrito de Beja, todos os camaradas, todos os que participaram nesta magnífica realização que é a «Festa Alentejana».

Afirmação cultural, afirmação desportiva, afirmação de juventude e de saúde, afirmação de convívio fraterno e também uma grande afirmação política. Afirmação da vontade democrática do nosso povo, da sua vontade de defender a democracia e as suas conquistas, da sua determinação em defender a Reforma Agrária, da sua determinação em defender o Poder Local democrático e o regime democrático português. Por tudo isso as felicitações à Direcção da Organização Regional, à Organização Distrital, a todos os camaradas, a todos os amigos que contribuíram para a realização desta magnífica festa.

Trata-se de uma afirmação política este nosso encontro, no quadro da Festa. E creio que no momento político que vivemos actualmente em Portugal o que se coloca não é tanto a necessidade de palavras calorosas ou de palavras entusiastas, mas sim de palavras de esclarecimento. Esclarecimento quanto à situação que se vive e quanto às perspectivas que temos.

Qual é o momento político que vivemos? Quais são os perigos que pairam sobre a democracia? Temos ou não capacidade e força para os vencer? Como os vencer? O que é que nos espera? Creio que estas são interrogações que se põem a todos e a cada um de nós. Qual a situação? Como vamos sair dela? Como vamos vencer?

Não se trata de encarar a situação para perder. Trata-se sim de encarar a situação para vermos as dificuldades e conseguirmos assegurar a continuidade e o futuro do Portugal de Abril.

## A homenagem no Escoural

Venho do Escoural, camaradas, de uma homenagem, por um lado triste, uma homenagem a dois camaradas assassinados e, por outro lado, uma grande expressão de determinação e confiança dos trabalhadores em defender as conquistas da Revolução, em defender as conquistas do regime democrático.

Não sei dizer-vos o número de pessoas presentes. Mas ouvi alguns camaradas estarem a trocar impressões sobre esse número e as apreciações andavam entre 15 e 20 mil pessoas. Estava portanto muita gente no Escoural. Muitos trabalhadores a prestarem uma homenagem a dois camaradas assassinados. A exigirem justiça. A exigirem a responsabilização dos assassinos. A exigirem a demissão do Governo que tem a mais alta responsabilidade neste e em todos os crimes praticados contra a Reforma Agrária.

Mas, ao mesmo tempo, 15 mil, 20 mil trabalhadores a manifestarem a sua vontade de luta, a sua determinação em prosseguir a luta para garantir a vitória final da Reforma Agrária, para garantir que sejam realizados os ideais pelos quais deram a vida estes dois camaradas.

É uma homenagem triste, sem dúvida, mas que pode participar nela, sai com maior confiança em que o proletariado rural alentejano, em que os trabalhadores alentejanos, em que o povo alentejano estão confiantes e determinados em lutar até à realização final da Reforma Agrária, até à derrota final da "AD", até expulsar a "AD" do Governo, até conseguirmos prosseguir e garantir o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril.

## A Reforma Agrária — transformação da agricultura e da vida

Nesta região, em todo o Alentejo, como no Ribatejo, como em parte do distrito de Setúbal, a Reforma Agrária é um ponto fundamental da situação política. E a apreciação do que foi, do que é e do que virá a ser a Reforma Agrária é um ponto fundamental da apreciação da situação e das suas perspectivas.

Nós dizemos que é a mais bela conquista da Revolução e, sempre, em cada momento, é justo lembrar porque a Reforma Agrária transformou a agricultura e transformou a vida.

Os trabalhadores alentejanos empreenderam uma obra de gigantes, desbravando terras, cultivando terras que estavam abandonadas, diversificando culturas, melhorando a tecnologia, aumentando as produções, aumentando o efectivo pecuário, construindo novas instalações, fazendo investimentos importantes, erguendo barragens, introduzindo novas máquinas nas UCP's/Cooperativas.

E, acima de tudo, a Reforma Agrária transformou a vida, garantindo o trabalho para todos, criando dezenas de milhares de postos de trabalho, assegurando melhor alimentação, melhor vestuário, melhor educação para as crianças, garantindo aos velhos uma situação melhor que aquela que tinham anteriormente. Transformando de tal forma a vida que, creio não haverá nenhum trabalhador alentejano que não esteja de alma e coração com a Reforma Agrária, que não esteja firmemente disposto a lutar por ela.

Foi uma profunda transformação da vida. E foi uma profunda transformação que deu ao regime democrático português, a par das nacionalizações, a par das liberdades, a par do reconhecimento aos povos coloniais do direito à completa independência, a par disso, deu aos trabalhadores portugueses uma experiência suficientemente rica para compreenderem que não necessitam para nada dos capitalistas para fazer andar para a frente a agricultura, como a indústria, como a economia nacional; que podem dispensar perfeitamente capitalistas e agrários; que essa gente pode perfeitamente desaparecer do País que não faz cá falta nenhuma.

Apesar de toda a sabotagem, de todos os obstáculos, de toda a ofensiva de governos sucessivos, os trabalhadores têm condições de garantir o progresso agrícola, o progresso da nossa economia. Os trabalhadores estão em condições de resolver os problemas fundamentais do nosso país, estão em condições de tomar nas suas mãos a direcção da economia e do próprio governo do País.

Pensamos que o futuro, como mostra a Reforma Agrária, não é a democracia burguesa em que o Poder está nas mãos dos capitalistas e agrários, mas sim uma democracia que tem como futuro o socialismo em que os trabalhadores serão a classe governante em todo o País, serão a classe que dará à nossa pátria a orientação para a resolução dos nossos problemas, para a solução dos problemas de economia nacional, dos problemas da agricultura.

Será o momento em que as soluções dos problemas nacionais se identificarão com os objectivos da classe operária e de todos os trabalhadores do nosso país.

## O começo da ofensiva contra a Reforma Agrária

Sabemos bem como se tem desenvolvido a violenta ofensiva contra a Reforma Agrária. São seis anos de ofensiva e nestes seis anos em que as forças políticas apresentam a sua fisionomia perante o povo com a perspectiva das eleições para as autarquias é justo lembrar que a ofensiva contra a Reforma Agrária não começou com os governos "AD".

A ofensiva contra a Reforma Agrária, começou com a organização de arruaceiros a soldo dos agrários (estava aí a Reforma Agrária no «seu» início) que desencadearam toda a espécie de provocações e acções armadas.

É, a primeira grande ofensiva contra a Reforma Agrária a partir de um governo veio do governo cujo primeiro-ministro era o secretário-geral do PS, Mário Soares, e cujo ministro da Agricultura era também um membro do PS — Barreto — o autor da ofensiva contra a Reforma Agrária, a acelerada lei Barreto.

E mais: se nós recuarmos um pouco, podemos ver que já no VI Governo Provisório começara a ofensiva contra a Reforma Agrária. E donde é que ela partiu? Partiu exactamente do ministro que era nessa altura do PS, o ministro da agricultura, Lopes Cardoso que começou desde logo a permitir novas medidas, a publicar despachos e portarias que estabeleciam todo um esquema de ofensiva contra trabalhadores, contra as UCP's e Cooperativas.

## Os comunistas ao serviço do povo

Quero aqui lembrar, camaradas, que nós tivemos um secretário de Estado para a Estruturação Agrária — camarada António Bica — e esse secretário de Estado foi demitido e foi por defender os interesses dos trabalhadores, por defender a Reforma Agrária. E tivemos outro — o camarada Vítor Lom — que também era secretário de Estado para a Estruturação Agrária e que foi suspenso, e esteve suspenso por seis meses, por defender os interesses dos trabalhadores, por defender a Reforma Agrária.

Os comunistas no Governo provaram, tal como nas ruas, tal como nas cooperativas, como nas fábricas, onde quer que estejam, que defendem sempre e sempre o povo trabalhador defendem sempre e sempre as conquistas da Revolução, defendem sempre e sempre a Reforma Agrária, as nacionalizações, as liberdades e direitos dos cidadãos. Esse é o papel dos comunistas e têm-no provado, sempre, onde quer que se encontrem.

Falando das autarquias e das eleições para as autarquias, também cabe dizer que no Poder Local são os comunistas, os nossos amigos do MDP, são os democratas independentes aliados aos comunistas, que têm mostrado nas câmaras municipais, nas juntas de freguesias, estarem ao serviço dos povos, empregarem as suas energias, a sua capacidade, o seu dinamismo, para resolver os problemas das populações.

E já hoje a obra realizada pelas autarquias APU — câmaras municipais, juntas e assembleias — mostra que a APU está ao serviço das populações para resolverem os seus problemas, ao serviço do Poder Local democrático, ao serviço do regime democrático e das suas grandes conquistas. E no Alentejo, como bem o têm provado, ao serviço da Reforma Agrária, da defesa dessa bela conquista da Revolução.

## Os métodos de destruição do Governo "AD"

Bastaria a ofensiva contra a Reforma Agrária para justificar que há muito o Governo tivesse sido demitido. O Governo "AD" presentemente, segue processos mais refinados mas processos que não são em nada menos destrutivos, nem menos perigosos para a Reforma Agrária.

No que respeita aos leilões de terras, às pretensas, como eles dizem, distribuições de terras como os 50 mil hectares de terras de UCP's/Cooperativas que o ministro da Agricultura acaba de anunciar, nós sabemos bem o que significam estas distribuições aos agricultores.

O caso de Viana do Alentejo, que muitos dos presentes certamente conhecem, é um bom exemplo. Vale a pena recordá-lo. Há tempos distribuíram demagogicamente umas terras a nove agricultores; agora vemos que para a restauração do latifúndio de dois mil hectares do antigo proprietário também requisitaram as terras desses pequenos agricultores como argumento de que o contrato de exploração havia terminado.

Isto mostra o que são as distribuições de terras aos pequenos agricultores que eles tanto anunciam. É uma ponte de passagem para novamente as terras voltarem para os agrários — é uma capa com que procuram encobrir toda a ofensiva de roubo das terras às UCP's/Cooperativas, de toda essa ofensiva para liquidar a Reforma Agrária, para roubar aos trabalhadores as terras e novamente restaurar os latifúndios, objectivo fundamental da acção do Governo "AD".

Manifestamos aqui a nossa solidariedade e o nosso apoio pleno a todas as Cooperativas que estão a ser atingidas pela ofensiva contra a Reforma Agrária e queremos expressar os

# Beja - O calor humano abafou o mau tempo!

no pavilhão gimnodesportivo), devido à chuva. A acção do grupo Trovante, aguardada e naturalmente esperada, acabou por não concretizar, mas a organização da Festa já promete um espectáculo com o carácter de grupo, a realizar brevemente na cidade de Beja. Os portadores do «Livre Tránsito» têm 50% de desconto (guardem para as camaradas!). Preparada com entusiasmo e com a participação dos camaradas de

Beja, a Festa teve, sem dúvida, calor humano mais do que o necessário para abafar as contrariedades atmosféricas e quem passou pelo recinto pôde constatar, especialmente no domingo, um ambiente alegre e combativo, característica das grandes realizações do PCP.

No decorrer do comício, além de Álvaro Cunhal, usaram da palavra os camaradas do Comité Central José Soeiro e José Mota, que se referiram, respectivamente, à Festa Alentejana e às eleições autárquicas (sobre esta última intervenção ler artigo noutra local).

O comício foi participado por milhares de pessoas, que várias vezes sublinharam passagens da intervenção de Álvaro Cunhal com palavras de ordem e fortes aplausos (texto noutra local desta página). No palco encontravam-se dirigentes regionais e locais do Partido e camaradas ligados a várias frentes de trabalho no distrito.



A tribuna do comício com Álvaro Cunhal na 1.ª Festa Alentejana, em Beja

## Para que não se administre APU

vitória da APU neste comício», afirmou José Mota.

das 89 - já que a Freguesia de S. Brissos é eleita em plenário - estamos a trabalhar para ganhar 83».

«Os objectivos que apresentamos são ambiciosos mas não impossíveis de alcançar. Não há que haver excesso de confiança. É necessário, sim, o empenhamento de toda a organização do Partido, do MDP e de todos os candidatos, encontrando as mais variadas formas de contacto com todo o eleitorado.

«Creio que se soubermos trabalhar para mobilizarmos toda a organização - junto com o prestígio dos nossos candidatos - faremos desta campanha uma campanha de massas e alcançaremos os nossos objectivos.

«Vamos trabalhar para que na nossa cidade, nas vilas e aldeias sejam eleitos os candidatos da Aliança Povo Unido, porque os candidatos da APU são os candidatos do Povo».

## As quatro propostas do PCP e a sua urgência

Naturalmente que a situação não é fácil e apresenta grandes perigos. Já há muito que temos vindo a repetir que o Governo "AD" deve ir para a rua. E o nosso Partido fez também há muito quatro propostas fundamentais, que se tivessem sido realizadas teriam, sem dúvida, evitado a situação difícil e perigosa em que nos encontramos.

Quatro propostas, quatro medidas: demissão do Governo "AD", dissolução da Assembleia da República, formação de um governo capaz de assegurar o carácter democrático de eleições e a realização de eleições gerais para a Assembleia da República no prazo constitucional de 90 dias. São as medidas que há muito propusemos. E propusemos, por um lado, pela necessidade de pôr cobro à política de destruição da "AD". Uma política que não é apenas de destruição da Reforma Agrária mas uma política de destruição das nacionalizações, afundando as empresas e sectores nacionalizados para que depois possa justificar ou pretextar a entrega de novo ao grande capital privado. É a destruição da nossa economia que está quase à beira da bancarrota; é a destruição de tudo quanto ganharam os trabalhadores com a Revolução de Abril; é a generalização dos contratos a prazo, são os despedimentos, é a retirada de regalias sociais, e toda uma série de medidas que visam agravar dia a dia a exploração dos trabalhadores, para que possam retomar o processo de acumulação capitalista, para que novamente se formem grandes fortunas, para assim ajudar à restauração dos grupos monopolistas.

Justificam isto com dificuldades financeiras, com dificuldades do País, mas, entretanto, para os grandes agrários, para os grandes capitalistas, há centenas de milhões de contos, há os bens de empresas nacionalizadas que lhes são entregues ao desbarato. São barcos, aviões, hotéis, instalações, são acções do Estado, tudo isto entregue ao desbarato aos grandes capitalistas. Também por todas estas razões se justificava que há muito a "AD" tivesse sido corrida do Poder.

São os atentados contra as liberdades e direitos dos cidadãos; são as constantes violações da legalidade democrática, a começar pela violação da Constituição. Razões, pois, de sobra e há muito que são de sobra para que a "AD" tivesse sido atirada para a rua.

Estas nossas reclamações têm, pois, um sólido fundamento; um fundamento que bastaria por si só para justificar que estas medidas fossem tomadas, para que os órgãos de soberania a quem caberia tomá-las, designadamente o Presidente da República, as tomassem.

Havia ainda uma razão que a partir de certa altura se tornou uma razão mais forte e urgente para a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República: a revisão da Constituição.

a derrota do plano subversivo e golpista da "AD" em 7 de Dezembro de 1980.

Há muitos camaradas que dizem que agora está novamente o sapo a subir-lhes à garganta. Mas deve dizer-se, camaradas, que a situação actual e mesmo o juízo que possamos fazer acerca das decisões do Presidente da República, não nos devem levar à ideia de que fizemos mal em votar como votámos em 7 de Dezembro de 1980.

Votando como votamos em 1980, nós contribuimos para salvar a democracia portuguesa que nesse momento estava num risco mortal. Não há nenhuma razão para nos arrependermos dessa decisão e desse facto.

### O novo plano "AD": a revisão da Constituição

Derrotado o plano em 1980, teve a "AD" a necessidade de reformular o plano, de encontrar novos caminhos para procurar liquidar a democracia.

Não conseguiu através da eleição para a Presidência a conquista total do Poder e sabemos bem que se tivesse sido esse general fascista que fosse Presidente da República, com capacidade e competência que já então tinha o Presidente da República, para nomear os chefes de Estado Maior, poderia haver alterações profundas nas Forças Armadas e poderia a "AD" ter conquistado as Forças Armadas.

Falhou esse plano, falhou esse golpe e a "AD" preparou um outro plano com vistas a conseguir o mesmo objectivo. Esse plano, como muitas vezes o nosso Partido tem esclarecido, era conseguir atingir esse objectivo através da revisão inconstitucional da Constituição.

Entretanto, cabe dizer que a "AD" nunca teria conseguido rever a Constituição como reviu se não tivesse a aliança, a colaboração do secretário-geral do PS, Mário Soares, de Almeida Santos, de Jaime Gama e de outros dirigentes do PS. (Associbios)

### O colaboracionismo de M. Soares e os socialistas

Eu disse o nome de Mário Soares e de outros dirigentes do PS e os camaradas fizeram uma pequena assoada a Mário Soares. Sim, nós criticamos e criticamos severamente Mário Soares e outros dirigentes do PS.

Se eles porventura defendessem a democracia, nós criticávamos? Se eles estivessem ao lado do povo trabalhador, ao lado da Reforma Agrária, nós criticávamos? Se eles estivessem ao lado das forças democráticas contra a "AD", nós criticávamos? Se eles tivessem recusado a aliança com a direita para fazer a revisão da Constituição, nós criticávamos? Se por caso o PS se resolvesse a entender-se connosco para lutar contra a direita, nós criticávamos?

Muitas vezes temos dito: até teríamos grande satisfação de realizar iniciativas, comícios, em que estivessemos comunistas e socialistas, em que nós disséssemos PCP e eles dissessem PS.

A culpa é deles! Em vez de se aliarem à esquerda, aliaram-se à direita; em vez de se aliarem aos comunistas aliaram-se aos partidos reaccionários; em vez de lutarem em defesa das conquistas democráticas, estão contra elas; em vez de defenderem a Constituição, colaboram com a direita para destruí-la; em vez de se oporem a todo um plano da direita para conquistar as competências militares e através delas o controlo das Forças Armadas, colaboraram nesta revisão que, se for até ao fim na sua aplicação, pode permitir ao Governo "AD" ganhar o controlo e comando das Forças Armadas e utilizá-las contra o regime democrático.

Por isso nós criticamos o PS, muito justamente, e particularmente os seus dirigentes pela aliança que fazem com a direita, pela colaboração que têm dado à direita na sua ofensiva contra as conquistas democráticas, contra o regime democrático e particularmente, agora, no momento em que vivemos, para a revisão da Constituição, de forma a pôr em perigo o regime democrático.

Mas, ao mesmo tempo, nós daqui saudamos aqueles milhares de socialistas que se voltam para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução e do regime democrático.

Nós saudamos aqueles socialistas que se decidem agora, como já hoje aqui foi dito nesta tribuna, a entrar nas listas da APU porque compreendem que só a APU é a alternativa à reacção nas eleições autárquicas. Eles compreendem que é na APU que está a unidade democrática, compreendem que é com os comunistas que se defendem não apenas o Poder Local democrático, mas também os interesses dos trabalhadores, os interesses do povo, os interesses da democracia.

Nós saudamos todos aqueles socialistas, todos os democratas independentes, todos os nossos amigos do MDP que compreendem que é necessário neste momento uma grande unidade de todos os democratas, de todos os patriotas, para pormos cobro a esta ofensiva reaccionária e para impedirmos que vá por diante o plano subversivo e golpista que avança e que avançou mais agora com a promulgação de lei da revisão da Constituição, na base da qual procuraram os próximos dias fazer aprovar a lei da Defesa Nacional e a lei do Tribunal Constitucional.

### O andamento do golpe e a Lei de Defesa Nacional

Anteontem, 24 de Setembro, foi anunciada a promulgação da Lei da Revisão da Constituição.

No mesmo dia aceitámos tomar conhecimento da proposta de Lei de Defesa Nacional com um relatório de 98 páginas «elaborado» (assim está lá escrito) pelo Ministro de Defesa e Presidente do CDS, Freitas do Amaral. Chama-se «relatório», mas, pelo texto e pelas suas 98 páginas, mais merece o nome de relambó-

rio. Dias antes, o Governo tinha convidado os partidos para um encontro a fim de lhes entregar a proposta de lei e ouvir a sua opinião.

Tal iniciativa constituiu uma afronta à legalidade democrática, uma vez que a proposta foi elaborada na base da Lei da Revisão e a Lei da Revisão não fora ainda promulgada.

Por isso nos recusámos então a tomar conhecimento da proposta.

A Lei da Revisão foi agora promulgada. Só agora é altura de nos pronunciarmos acerca da proposta de «Lei de Defesa Nacional».

O nosso Partido examinará naturalmente em todos os pormenores essa proposta e tornará público o seu parecer.

Mas, desde já e sem perda de tempo, como advertência imediata e urgente, é oportuno chamar a atenção para algumas disposições dessa proposta que confirmam tudo quanto o PCP tem afirmado acerca do carácter golpista da revisão da Constituição feita pela «AD» com a cumplicidade de Mário Soares, e acerca do instrumento capital que, no golpe em preparação, desempenha a apropriação pela «AD» da direcção, do comando, da gestão das Forças Armadas.

A «AD» tem tanta pressa que ainda a Lei da Revisão não fora promulgada e já o Governo, não só distribuiu a proposta de Lei da Defesa Nacional elaborada na base da revisão, não só consultava os partidos e difundia opiniões e «consensos» com o PS sobre ela, como apresentava a Assembleia da República para rapidamente a discutir e aprovar. Nós sempre afirmámos: com a revisão inconstitucional da Constituição, a «AD» tem como principal objectivo conquistar o completo controlo e comando das Forças Armadas, a fim de utilizá-las finalmente para esmagar os interesses, os anseios, as aspirações, os objectivos, as lutas do nosso povo, apoiar com a força militar a restauração do poder dos monopólios e latifundiários, liquidar o regime democrático português.

A proposta de Lei de Defesa Nacional confirma inteiramente esta apreciação. Confirma a razão que tinha o PCP em apontar os perigos e em insistir na necessidade e urgência de afastar a «AD» do Poder.

Segundo a proposta de Lei, o Governo, mais concretamente o ministro da Defesa tornar-se-ia o senhor onipotente das Forças Armadas.

Seria ele a propor todos os Chefes de Estado Maior. Dependeriam dele todos os chefes militares, conselhos militares, o Instituto de Defesa Nacional, a administração das Forças Armadas.

O CEMGFA seria reduzido à categoria de principal «conselho militar» (sic) do ministro de Defesa Nacional.

Uma simples observação quantitativa, ainda que anedótica, esclarece a desmedida ambição ditatorial do ministro da Defesa «AD». Ao Presidente da República são atribuídas 7 competências menores no total de 27 linhas. Ao ministro da Defesa «AD» são atribuídas por ele próprio 12 competências maiores explanadas em 49 linhas.

Seria estabelecida a discricionariedade e o carácter definitivo das nomeações e exonerações dos oficiais para cargos de comando pelos CEM indicados pelo ministro da Defesa.

Caberia ao Governo definir o «conceito estratégico de defesa nacional» e que abre a porta à concepção de «defesa global», conforme conhecida teorização reaccionária, visa incluir forças políticas adversas como fazendo parte do inimigo, o IN na sigla militar.

O Conselho Superior de Defesa Nacional seria presidido pelo Presidente da República, mas nele haveria mais membros do Governo que militares.

Conselho Superior Militar (com os chefes militares) seria presidido pelo ministro da Defesa.

O projecto anuncia a revogação de toda a legislação militar e um programa de transformação radical da orgânica, da disciplina, da justiça, do serviço, da programação e até do protocolo das Forças Armadas.

As Associações de Militares ficariam dependentes de novas legalizações com critérios «AD».

Revelando a pressa no plano golpista, se fosse aprovada esta lei, 5 dias depois da sua entrada em vigor, o Governo (o ministro da Defesa) proporia a recondução ou exoneração dos CEM.

E, segundo projecto, havendo dúvidas na aplicação da lei, quem as resolveria seria, nem mais nem menos que o ministro da Defesa «AD», no concreto Freitas do Amaral.

Visivelmente, a «AD», nas Forças Armadas, quer ter a face e o queijo na mão.

Este projecto põe completamente a nu o plano golpista que o PCP de há muito desmascara.

O que aparece como essencial é a governamentalização quase absoluta das Forças Armadas e que significaria a sua partidização, a sua instrumentalização pela «AD», e mais concretamente, com o governo actual, pelo ministro da Defesa, Freitas do Amaral, chefe de fila da contra-revolução.

Para os que duvidavam das prevenções do PCP, aí está esta proposta de lei a confirmá-las.

E o facto dá reforçada razão à reclamação do nosso Partido, que é também a reclamação do nosso povo: é urgente afastar a «AD» do Poder, é urgente demitir o Governo, é urgente formar um governo de gestão e convocar eleições para a Assembleia da República».

### A solução ainda é possível

Nós, às vezes podemos não ter bem presente no nosso espírito a ideia de que há força real para atirar a "AD" para a rua. Naturalmente não temos competência ao abrigo das instituições, dos órgãos de soberania, para atirar a "AD" para a rua. E aqui

cabe citar o que muitas vezes têm afirmado a "AD" e os seus órgãos de informação fascistas e reaccionários: que o Presidente «fazia o jogo do PC»; que era «o Presidente do PC». Que podemos dizer? Que, se o Presidente fosse do PC - (nem precisava de ser PC, bastava que visse um pouco ou pensasse um pouco como o PC acerca da situação nacional) - há meses e meses que a "AD" teria ido para a rua; há meses e meses que teria sido dissolvida a Assembleia da República; há meses e meses que teria sido formado um governo de gestão. Já teriam tido lugar eleições gerais para a Assembleia da República e certamente já a "AD" teria sofrido uma grande derrota, teríamos uma outra Assembleia da República com outra composição política que correspondesse mais aos sentimentos, às aspirações e à verdadeira vontade política do nosso povo.

Pensamos que ainda não é tarde e que é necessário encerrar a situação com confiança, é necessário continuar a reclamar as quatro medidas propostas pelo PCP e é necessário ampliar a luta em todos os domínios com vista a que estas quatro medidas sejam finalmente alcançadas.

### As eleições para as autarquias

Podem ser que nos tempos próximos haja alterações na situação política favoráveis à democracia. Mas, independentemente das alterações que possa haver (e nós não afastamos a possibilidade de que o Governo possa ser demitido antes das eleições para as autarquias) devemos continuar a insistir para que ele seja demitido, por todas as razões já apontadas e ainda por mais uma: é que as eleições para as autarquias com este Governo não poderão ter o carácter democrático que devem ter. Basta ouvir e ver a televisão, ouvir a rádio e ler os jornais estatizados para verificar como já estão a manipular a opinião pública e a utilizar esses poderosos meios de influência.

Pensamos que o carácter democrático das eleições será gravemente afectado com este Governo e isso é mais uma razão e uma razão suplementar para exigirmos a sua urgente demissão: a demissão antes das eleições para as autarquias.

Mas seja ou não demitido o Governo antes das eleições, estas serão uma grande batalha, uma grande batalha política que temos por diante e uma grande batalha com repercussões não apenas no Poder Local, na defesa dos interesses das populações, mas também no que respeita à defesa das conquistas da Revolução, à defesa da Reforma Agrária, à defesa das liberdades, à defesa do regime democrático.

Hoje, ainda a "AD" tem a maioria e a presidência em muitas câmaras municipais do País. Mas, em dezenas e dezenas de câmaras municipais seria muito fácil correr com a "AD" do Poder se os socialistas se aliassem aos comunistas, aos nossos amigos do MDP, contra a "AD".

Ao contrário, quando nós fizemos em Abril uma proposta ao PS para examinar essa possibilidade, a direcção do PS/Mário Soares recusou a possibilidade de exame, em conjunto, das eleições para as autarquias e começou desde logo a fazer namoro ao PSD com vista às eleições.

Todos nos lembramos que o secretário-geral do PSD, senhor Capucho, fez publicamente a proposta ao PS para uma aliança para correr, como eles dizem, a APU das autarquias onde a APU tem maioria.

A isso já temos respondido: «pois façam essa aliança e verão a lição que vão receber».

Já a fizeram em Évora. Nessa altura tínhamos 41,5 por cento dos votos e passámos para a maioria absoluta, com 52,8 por cento dos votos.

Creio que aqui, no Alentejo, e particularmente no distrito de Beja, se fizeram essa aliança - socialistas com a "AD" - pode ser que num caso, num caso, possa bater-lhes cobro. Mas certamente nos outros, em todos os outros casos, contribuirão para que os socialistas compreendam melhor a natureza da política da direcção do seu partido, compreendam melhor que não é essa a política que serve os interesses dos trabalhadores, os interesses do Poder Local democrático, as liberdades, o regime democrático. Nessa altura muitos socialistas unir-se-ão aos comunistas, aos membros do MDP, aos democratas independentes, para assegurarmos uma grande vitória da APU nas eleições para as autarquias.

Aqui, camaradas, como em todo o País, temos como objectivo reforçar as posições da APU, conseguirmos novas maiorias, em novas câmaras, juntas de freguesia e assembleias.

Estou convencido que não só os votos na APU aumentarão como aumentará o número de autarquias que passarão a ter a gestão democrática da APU.

Mas, aqui no Alentejo, não basta manter essa gestão democrática. É necessário reforçá-la. Nalguns concelhos nós temos 55, 60 e mais por cento dos votos e pode-se dizer: «é tão bom resultado que podíamos ficar satisfeitos com eles». Não. Nós pensamos que nesta situação política não basta conservar a maioria; é necessário reforçá-la para mostrar claramente que o povo do Alentejo está com o Poder Local democrático, está com a Reforma Agrária, está com o regime democrático e que aumenta dia a dia o número daqueles que estão dispostos a lutar.

Encaremos, pois, as eleições das autarquias como uma grande batalha, relativa não apenas ao Poder Local, mas também como uma grande batalha em defesa da democracia portuguesa e das suas conquistas.

Viva a Festa Alentejana!  
Viva a unidade dos trabalhadores!  
Viva a Reforma Agrária!  
Viva a unidade dos democratas!  
Viva o Partido Comunista Português!

(Discurso pronunciado de improviso)

PCP

# Marinha Grande Festa do Futuro

● Comício com Álvaro Cunhal no sábado, às 15 e 30

Começa amanhã, prolongando-se até domingo, a tradicional Festa do Futuro, na Marinha Grande, jornada de convívio popular organizada pela Direcção Regional de Leiria (DORLEI) do PCP.

A Festa decorrerá no pavilhão da Embra e inclui no seu programa um grande comício com Álvaro Cunhal, no sábado, às 15 e 30.

A comissão executiva da Festa do Futuro salienta, entretanto, alguns aspectos do vasto programa em relação aos espectáculos das três noites (todos com início às 21 e 30):

Amanhã, temos uma noite de fado, com vários artistas amadores, um grupo de fadistas de Coimbra e Fernando Farinha.

Sábado, é a vez do "rock

ao vivo", com as bandas "Pauta Livre" e "Jáfamega".

Finalmente, domingo, além de Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos, as atenções vão para o espectáculo "Triângulo do Mar" de Carlos Mendes e com Pedro Osório e o seu agrupamento musical.

Nos três dias da Festa actuarão ranchos folclóricos, e classes de ginástica, estando igualmente prevista a realização de colóquios, exposições (uma sobre astronomia e outra sobre o trabalho político do Partido) e jogos populares. O espaço juvenil da Festa do Futuro inclui, entre outras iniciativas, a discoteca e a rádio da Juventude.

Está igualmente assegurado o serviço de restaurante, cafetaria e quermesse. A



entrada permanente ("FF"), que dá direito a entrar na Festa durante os três dias e a assistir a todos os espectáculos, custa apenas 150 escudos.

# Festa Povo Unido no Montijo

Sábado, às 19 e 30, intervenção de Álvaro Cunhal

Com a presença do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, decorrerá no próximo sábado, dia 2 de Outubro, às 19 e 30, no largo da Rodoviária Nacional, no Montijo, um grande comício integrado na Festa Povo Unido.

A festa, organização conjunta das Comissões Concelhias do PCP de Alcochete e Montijo, realiza-se de 1 a 3 de Outubro e conta com um animado programa para os três dias.

No recinto haverá uma exposição central sobre o Poder Local e as realizações destas duas autarquias APU e uma outra sobre o Partido, a Paz, a Mulher e os Reformados.

Não faltarão os tradicionais pavilhões de "comes-e-bebes" e o artesanato da região.

Dos espectáculos da festa salientamos:

Amanhã - espectáculo de variedades às 21 e 30 com Samuel, Carlos Paredes, Fernando Alvim e Joaquim Pessoa; às 22 e 30, "rock" com o conjunto "Alta Tensão" e às 23 horas noite de fado com artistas amadores da região.

Sábado - espectáculo de música caboverdiana, com o grupo "Cretcheu" às 21 horas e às 21 e 30 fados com Fernando Farinha.

Domingo - espectáculo de encerramento pelas 22 e 30 com Carlos do Carmo, Rogério Paulo, José Jorge Letria e Toni de Sousa.

Haverá também ao longo dos três dias vários colóquios sobre a situação política internacional; Comunicação Social; autarquias e sobre os três projectos-lei do PCP em defesa da maternidade.

# Sessão em Valado de Frades

Realizou-se no passado dia 25 uma sessão de esclarecimento do Partido em Valado de Frades, localidade situada perto da vila da Nazaré. Participou o camarada Vítor Louro.

Entre os presentes, encontravam-se pequenos agricultores da zona, tendo-se estabelecido um interessante debate sobre questões políticas, sociais e económicas, com particular destaque para os problemas mais sentidos pelos agricultores. Entre estes proble-

mas conta-se o da comercialização dos produtos hortícolas (caso da cenoura).

Os agricultores presentes na sessão referiram-se à situação profundamente injusta que lhes é criada com a prática dos "mandatários" dos mercados abastecedores de Lisboa. Oferecem preços insignificantes aos produtores enquanto a dona de casa compra esses produtos a preços elevados. O beneficia-

do é exclusivamente o intermediário.

A política de comercialização dos produtos da terra e as medidas de agravamento tomadas pelo Governo a pretexto da entrada na CEE e os custos da produção foram assuntos abordados durante o debate com o camarada Vítor Louro, que ouviu também os problemas que estão a ser vividos por dezenas de rendeiros da zona, vítimas de despejos por dois senhorios.

# Encontro de Quadros da Administração Pública

Realizou-se no passado dia 25, em Lisboa, um Encontro Nacional de Quadros do PCP, ligados à Administração Pública, para tratar de problemas que atingem cerca de 380 mil trabalhadores portugueses (administração central, regional e local). Em apreciação estiveram as

grandes linhas de acção do PCP na defesa dos trabalhadores da Função Pública e a caracterização do vasto e complexo conjunto de actividades que assinalam o trabalho político dos comunistas.

Os mais de 120 quadros do PCP de quase todas as regiões

do país ouviram no final o camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, numa intervenção sobre a situação política e social e aprovaram as primeiras conclusões dos trabalhos sujeitas ainda a posterior aprofundamento.

# Castanheira do Ribatejo

Com o objectivo de discutir questões relacionadas com a formação da lista APU e os objectivos eleitorais da candidatura os comunistas da freguesia de Castanheira do Ribatejo reunem-se amanhã em plenário na Associação Promoção Social. A sessão inicia-se às 21 horas.

# Plenário na Brandoa

Tendo em vista a preparação da campanha eleitoral para as autarquias locais, realiza-se amanhã no Pavilhão Polivalente da Brandoa, às 21 e 30, um plenário de militantes do Partido residentes e organizados na freguesia da Brandoa.

Este plenário contará com a presença dos camaradas Luís

Sá, da Comissão de Autarquias junto do CC e Jerónimo de Castro, membro do Comité Central do Partido.

Pela importância de que se reveste todo o trabalho a desenvolver para a consolidação da vitória da APU em 1979, é importante a presença de todos os camaradas.

# Festa nos Olivais

Integrado na "Festa da Liberdade", realiza-se no próximo dia 9 de Outubro, sábado, pelas 17 e 30, nos Olivais Sul, um comício que contará com a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

A "Festa da Liberdade", promovida pela organização da freguesia dos Olivais do PCP, decorrerá durante todo o dia no Vale do Silêncio, realizando-se durante a manhã diversas activi-

dades culturais e desportivas. No período da tarde e antes do comício passarão pelo palco da festa diversos artistas além de grupos corais e bandas.

No recinto estarão patentes ao público várias exposições relativas à actividade do PCP na freguesia dos Olivais, à luta de massas e ao trabalho desenvolvido no âmbito da Aliança Povo Unido.

# Linda-a-Velha

No Centro de Trabalho de Carnaxide a organização de Linda-a-Velha leva a efeito no próximo sábado, dia 2, às 16 horas, um plenário com a seguinte ordem de trabalhos: situação política e eleições; análise e balanço da VI Festa Popular. Não faltos!

# Feira em Vila Franca

De 3 a 10 do próximo mês, em Vila Franca de Xira, a Câmara Municipal promove a "Feira de Outubro". Como sempre, o PCP não deixará de participar na iniciativa, com os seus stands próprios. Os comunistas do concelho apresentarão exposições, projecção de filmes e organizarão espectáculos no auditório.

# Aveiro

Tendo em vista a preparação das eleições autárquicas, que se aproximam, decorrerá amanhã, dia 1 de Outubro, no CETA, em Aveiro, um plenário concelho de quadros do PCP.

# Beato

No Centro de Trabalho do Beato vai realizar-se um plenário de candidatos das listas APU, no próximo sábado dia 2 de Outubro, às 17 horas.

Juventude

# Reunião da CC da JCP

# A luta e a construção do futuro

"Cada dia que passa é maior a apreensão com que os jovens portugueses encaram o seu presente e o seu futuro. Com este governo e esta política, está em marcha um plano golpista que visa a destruição do regime democrático nascido no 25 de Abril. Com este governo e esta política degradam-se cada vez mais as condições de vida da juventude e do povo português e a economia nacional caminha para uma situação de desastre" - salienta o documento das conclusões da última reunião da Comissão Central da JCP, que decorreu no passado dia 26, em Lisboa.

A situação política e social, os problemas da juventude, as eleições autárquicas e participação dos jovens nesta importante batalha política e a preparação do Encontro Nacional de 7 de Novembro constituirão os temas de debate e análise na reunião da CC, que inclui cerca de 130 elementos.

De salientar que o documento-base do Encontro Nacional foi agora aprovado pela CC, seguindo-se um período de discussão e enriquecimento do texto com as contribuições dos militantes, como referiu ao "Avante!" o camarada Augusto Carreto da direcção da JCP.

Na reunião da CC "foi salientado o aumento da repressão nas empresas, dos despedimentos, do recurso abusivo aos contratos a prazo, o aumento da situação de falência em diversos sectores económicos, a ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, o abandono dos campos por jovens que vêm na emigração a possibilidade de melhorar as suas condições de vida".

A JCP denuncia "a demagogia do novo ME (Ministério da Educação) que multiplica promessas enquanto se mantêm enormes problemas de instalação e infra-estruturas comprometendo o normal início do ano lectivo. Também para resolver os problemas da juventude e do país é urgente demitir este governo".

A Comissão Central da JCP sublinha que "com a "AD", no governo, aumentam os atentados às liberdades, sendo particularmente escandaloso o controlo e partidarização dos meios de comunicação social, e nomeadamente da Televisão que tem vindo a intensificar de forma desavergonhada a propaganda e a mentira anticomunista".

E acrescenta: "Também para garantir que as eleições sejam verdadeiramente democráticas, é urgente demitir este governo".

"Com a "AD" no governo, intensifica a submissão do país ao imperialismo, é posta em causa a independência nacional.

"Os compromissos do governo "AD" com o imperialismo norte-americano e com os círculos mais agressivos da NATO, é particularmente chocante para os sentimentos democráticos dos jovens portugueses, para as suas aspirações de paz e amizade, quando a administração Reagan é cúmplice de criminosas agressões contra os povos da África Austral, e dos bárbaros massacres perpetrados pelos israelitas no Líbano.

"Para uma política externa de independência nacional de paz e cooperação, é também urgente demitir este governo".

**A juventude e as eleições**

Sobre as eleições de 12 de Dezembro, a JCP declara:

"Uma realidade é o trabalho realizado pelas autarquias APU, onde os jovens tiveram oportunidade de conhecer o que significa estarem homens e mulheres, sinceramente interessados em resolver os problemas locais e da juventude, onde existia um diálogo regular entre o Poder Local e as estruturas juvenis. Foram as autarquias APU que mais atenção deram à resolução dos problemas da habitação social e do desemprego juvenil. Tem sido nas autarquias APU que se construíram mais centros desportivos e centros culturais e em que as iniciativas culturais, desportivas e recreativas têm tido expressão de relevo.

"A outra realidade são os casos de incompetência, de corrupção, de compadrio e de desprezo total pelas aspirações e necessidades juvenis, frequentes nas autarquias "AD" e mesmo em algumas PS.

"Ao mesmo tempo, nas autarquias em que a APU e minoritaria, a sua actividade de firme oposição à "AD" e de defesa dos direitos juvenis contrasta com a complicitade, silêncio e passividade dos autarcas PS em relação à ruínosa gestão da "AD".

"Também aqui se vê que a verdadeira alternativa à "AD" é a APU.

As eleições de 12 de Dezembro para as autarquias constituem uma importante batalha política com profundas repercussões tanto para o Poder Local, como na influência que estas poderão ter para a evolução da situação política e do futuro do regime democrático.

"O pacote eleitoral aprovado pela "AD", na Assembleia da República, com a abstenção do PS, constitui uma importante peça no seu plano de destruição do regime democrático visando transformar as eleições numa burla, manipulando o voto popular. O veto presidencial à lei da "AD", bem como a recusa da

data de 5 de Dezembro, inicialmente proposta, constitui um duro golpe nos objectivos da reacção, impedindo assim a "AD" de disfrutar de meios legais para consumir a fraude".

E mais adiante salienta: "O empenhamento e participação das organizações e jovens comunistas na preparação da batalha eleitoral é de fundamental importância para o reforço efectivo da Aliança Povo Unido. Os milhares de jovens (entre os quais se inclui um grande número de independentes) candidatos nas listas da APU, as iniciativas já realizadas e em preparação mostram já a importância e interesse que as eleições autárquicas representam para a juventude.

"A CC da JCP apela a todos os jovens democratas que se integrem e participem activamente nas Comissões Juvenis de apoio à APU e se preparem para dar o seu importante contributo em todo o trabalho preparatório e campanha eleitoral de forma a que a nossa força e dinâmica, a nossa alegria e criticidade seja fundamental para o reforço das posições da Aliança Povo Unido, como a única alternativa nacional à gestão reaccionária da "AD".

**A JCP propõe a luta**

A terminar, os jovens comunistas apontam:

"Na luta pelos objectivos gerais do movimento operário e popular e dos seus interesses específicos, a juventude tem tido importante papel nomeadamente nas greves gerais, manifestações, greves (no sector naval, têxtil, metalúrgico, Hotel Baía, Louças de Sacavém, Casa Hipólito, etc.), grandes acções de massas desenvolvidas pelo movimento sindical unitário.

"Na luta é possível, desenvolvendo uma grande campanha de esclarecimento, ganhar para os ideais da Abril e para a democracia mais amplos sectores da juventude portuguesa. Esta é a aposta da JCP.

"A participação da juventude na luta de massas, assim como na grande batalha das eleições autárquicas, são algumas das principais tarefas da juventude. "Só com a luta é possível derrubar o Governo "AD"! Só com a luta construiremos um futuro melhor e mais feliz!"

# Encontro Nacional a 7 de Novembro

Com a participação de 650 delegados e cerca de 500 convidados, vai realizar-se no dia 7 de Novembro um Encontro Nacional da JCP com o objectivo de debater e aprovar medidas para o reforço da organização dos jovens comunistas e da sua intervenção no movimento juvenil, para dar mais força à luta da juventude no quadro das lutas sociais e políticas que os trabalhadores portugueses hoje travam pela derrota da "AD", por um novo governo e uma nova política para cumprir Abril.

O Encontro que foi convocado pela Comissão Central, discutirá e aprovará as propostas que os jovens comunistas levarem à juventude com vista a alcançar o objectivo político central da hora presente: demissão do governo, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão e realização de eleições antecipadas.

Além de dar uma particular atenção à grande batalha política dos próximos tempos - as eleições autárquicas - em que a JCP se empenhará com o objectivo de mobilizar a juventude para um apoio decisivo à campanha da APU, o Encontro analisará os graves problemas resultantes da política da "AD" para a vida dos jovens portugueses e apontará perspectivas de acção e de luta para os diversos sectores do movimento da juventude e para o reforço das suas organizações unitárias.

# Solidariedade com os povos palestino e libanês

Um dos documentos aprovados pela Comissão Central da JCP na sua reunião do passado dia 26 foi uma moção de solidariedade com os povos palestino e libanês, que refere:

"Face aos trágicos massacres de Beirute Ocidental, a Comissão Central da JCP reunida a 26 de Setembro de 1982, exprime a sua indignação perante estes monstruosos crimes e condena vivamente os seus autores morais e materiais - o fascismo, o sionismo e o imperialismo norte-americano.

"A invasão de Beirute Ocidental pelo exército israelita seguida dos massacres dos campos de refugiados palestinos

é a concretização de mais uma etapa no sinistro plano sionista de extermínio do povo palestino. Assegurada a retirada dos residentes palestinos de Beirute Ocidental, assegurada a retirada apressada, por pressão dos EUA, da força internacional de interposição, a porta estava aberta perante o exército sionista de Israel e às milícias fascistas libanesas para que prosseguissem a sangue frio a execução do seu plano.

"A Comissão Central da JCP ao mesmo tempo que denuncia em Israel e na direita libanesa os responsáveis directos pelos crimes cometidos, sublinha que

tais acções só são possíveis de realizar graças ao apoio militar, económico e diplomático da administração Reagan.

"Mais do que nunca, hoje na difícil situação vivida pelo povo palestino e os patriotas libaneses, a solidariedade política e material, cresce em valor e importância.

"A JCP reafirmando a sua solidariedade com o povo e a juventude palestina e a OLP sua vanguarda, com a juventude libanesa, o Movimento Patriótico Libanês e a União da Juventude Democrática do Líbano, apela à continuação e reforço das acções de solidariedade da juventude portuguesa".

# Campanha pró-Centro continua no Barreiro

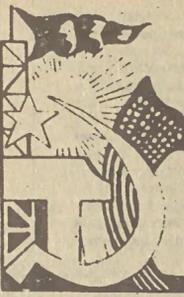
● Espectáculo no dia 8

Por iniciativa da Comissão Pró-Centro de Trabalho do Barreiro, realiza-se no próximo dia 8 de Outubro (sexta-feira), às 21 e 30, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, um grande espectáculo de variedades em que actuarão Helena Isabel (a Inês de Vila Faia), Nuno Gomes dos Santos, Teresa Paula Brito (acompanhada por Fernando Correia Marins), Carlos Paredes e

Fernando Alvim. Os bilhetes têm o preço único de 100\$00.

Numa publicação dedicada à campanha, a Comissão Concelhia do Barreiro salienta:

"As obras recomeçaram! Já começamos a levantar paredes na cave e subcave, para, em seguida, romper céu aberto, com os oito pisos do novo Centro de Trabalho".



# A primeira pedra do CT da Charneca de Caparica

No próximo dia 5 é colocada a primeira pedra do novo Centro de Trabalho do PCP na Charneca de Caparica, concelho de Almada. Recorde-se que a construção deste CT envolve só em

materiais a quantia de 1500 contos. A mão-de-obra é gratuita, devido à militância e solidariedade de muitos camaradas e amigos.

A coordenação das tarefas

relacionadas com o novo CT, nomeadamente a campanha de fundos, é da responsabilidade dumha Comissão pró-Centro.

Na jornada do próximo dia 5, que incluirá um almoço-convívio, estará presente o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, e também camaradas da Direcção Regional de Setúbal e da Concelhia de Almada.

# Camaradas falecidos

**Diamantino Alegria**  
Com 44 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Diamantino Gonçalves Alegria, controlador de produção na Lisnave (secção de guindastes). Pertencendo à célula do PCP nessa empresa.

**Adão Faneca**  
Natural da freguesia de S. Julião do Tojal, faleceu no passado dia 22 o camarada Adão Faneca, pessoa conhecida e estimada na localidade.

**Vitor Somares**  
Com apenas 17 anos de idade, faleceu o jovem comunista Vitor Manuel da Costa Somares. O camarada foi vítima de um acidente no passado dia 20.

As famílias dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avan-

# Denúncia da APU no Porto: PS e "AD" tentam limitar liberdade de expressão

Com os votos do PS e da "AD", a Assembleia Municipal do Porto aprovou recentemente a constituição de um grupo de trabalho que irá procurar "definir" os espaços onde as várias forças políticas poderão afixar a sua propaganda. Este grupo de trabalho, integrando exclusivamente gente da "AD" e do PS (que assim aparece mais uma vez de mãos dadas com a direi-

ta), resulta da aprovação de alterações a uma postura municipal que vem limitar de uma forma drástica a liberdade de expressão.

Estão à vista os objectivos desta manobra, segundo um comunicado da APU do Porto: "procura-se a qualquer preço calar a voz do povo e impedir que se denuncie todas as ope-

rações lesivas dos interesses das populações", mas "a liberdade de expressão é um direito constitucional, uma conquista do 25 de Abril que nenhuma Câmara ou força política pode limitar - as posturas municipais são ilegais e inconstitucionais pois violam frontalmente o Artigo 37.º da Constituição da República".

A Aliança Povo Unido - que recusou fazer parte deste grupo

de trabalho - ao denunciar vivamente esta convergência de interesses da "AD" e do PS, no seu comunicado sublinharia ainda que "continuará a actuar com a mesma firmeza e que nada nem ninguém a conseguirá impedir de exercer, da forma que achar mais conveniente, os direitos e regalias consignados na Constituição da República".

**Trabalhadores**

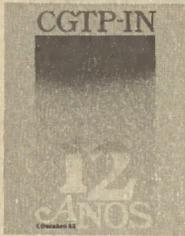
# 12 anos da Inter Comício hoje em Lisboa • Amanhã no Porto

A CGTP-IN, que festeja amanhã o 12.º aniversário da sua fundação, organiza hoje em Lisboa no Pavilhão dos Desportos um grande comício acompanhado de um espectáculo com a participação, entre outros artistas e grupos, de Carlos Paredes, Fernando Alvim e Sérgio Godinho. Com início às 20 e 30, o comício tem como palavras de ordem principais «demitir o Gover-

no, dissolver a Assembleia, realizar eleições». No Porto, à semelhança do que sucederá por todo o País, as comemorações são assinaladas por várias iniciativas desportivas e culturais já em curso há cerca de uma semana. Amanhã, dia 1, sob a palavra de ordem geral «Unidos na Luta por Abril», a USP/CGTP-IN realiza um comício-festa no Pavilhão do Académico, às 21 e 30.

Actuam os artistas Vitorino de Almeida, Luísa Basto e o Grupo Raízes. Hoje no Porto, além da abertura de uma exposição sindical no Sindicato do Comércio, pelas 18 horas, haverá às 21 e 30 um espectáculo teatral com a Selva Trupe, no Teatro Campo Alegre.

(Sobre os 12 anos da Inter ver artigo no «Suplemento» deste «Avante!»)



## Informação sindical

● **Ameaça de despedimento colectivo na Cedej e Monteli** – De acordo com uma comunicação do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, «os patrões da Cedej e Monteli, segundo as informações de um deles, projectam despedir a curto prazo mais de 200 trabalhadores contratados a prazo, praticamente a totalidade do pessoal destas empresas, as quais se dedicam a fornecer mão-de-obra à Electricidade Naval e Industrial (ENI) no campo das instalações e montagens eléctricas». A comunicação do SIESI, datada de 21 do corrente, acrescenta que «as empresas Cedej e Monteli, sediadas na Quinta do Anjo em Palmela, funcionam como subempresas da ENI, trocando os trabalhadores contratados a prazo entre elas, à medida que expiram os respectivos contratos a prazo». Esclarecendo que a maioria do pessoal em risco de ser despedido é jovem, sendo-lhe «negados os mais elementares direitos laborais», o SIESI recorda que em Agosto findo e já em Setembro, após «paralisações, os salários acabaram por ser pagos com atraso. Depois de referir, como a própria Inspeção do Trabalho verificou, que nem a lei dos contratos

a prazo está a ser cumprida na Cedej e Monteli, o SIESI sublinha que «mobilizará os trabalhadores para a luta contra o despedimento colectivo previsto, caso a entidade patronal não recue nos seus injustos objectivos».

● **Plenário distrital em Santarém** – O Plenário da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém, reunido em 22 do corrente, aprovou uma série de conclusões, destacando-se entre elas um apelo «aos trabalhadores, aos dirigentes e delegados sindicais, às CTs do distrito de Santarém para que se mobilizem desde já sem quaisquer hesitações para uma prolongada campanha de esclarecimento, agitação e organização, por forma a estarem preparados para a previsível necessidade de dar uma resposta global e nacional em defesa dos objectivos políticos e sociais defendidos pelo movimento sindical unitário». O Plenário, que «exorta ainda todos os trabalhadores a participarem activamente nas comemorações do 12.º aniversário da CGTP-IN», referiu-se nas conclusões a várias lutas de âmbito nacional e distrital, citando nomeadamente a luta, «em várias empresas agrícolas privadas,

pelo aumento de salários dos trabalhadores que andam nas vindimas, registando-se também no campo da Reforma Agrária a continuação da destituição de UCPs e Cooperativas, sendo as suas terras demagogicamente leiloadas e entregues, inclusive em alguns casos a falsos rendeiros e seareiros, continuando em poder dos agrários milhares de hectares de terras por cultivar». Como resultado de «todas as arbitrariedades cometidas contra a Reforma Agrária», das 65 UCPs e Cooperativas existentes no distrito de Santarém restarão apenas 10, acrescenta o Plenário, que analisou também as lutas dos metalúrgicos, Função Pública, têxtil e construção civil.

● **Federação Internacional de Actores** – Termina amanhã em Paris o 12.º Congresso da Federação Internacional de Actores. Iniciados em 27 do corrente os trabalhos contaram com a participação de mais de 50 delegações, que abordaram vários temas, designadamente o papel dos sindicatos na defesa dos direitos dos artistas. Da ordem de trabalhos consta a solidariedade com os sindicatos de vários países, como o Chile e o Uruguai, e o papel dos actores na defesa da paz.

● **«O Metalúrgico»** – Saiu o número de Setembro do órgão mensal da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. «O Metalúrgico» dedica a primeira página à luta pela contratação colectiva, a várias empresas com conflitos (Ormis, Cometina, Siderurgia Nacional); ao 12.º aniversário da CGTP-IN, à Constituição, e ao 1.º Encontro de Higiene e Segurança do Sector, que se realiza em 16 de Outubro próximo nas instalações da Faculdade de Letras em Lisboa.

● **«Informação» dos TFP** – Com as páginas centrais ocupadas pela transcrição do anteprojeto de proposta reivindicativa para 1983, o boletim de Setembro do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores publica matéria de interesse para o sector, designadamente sobre o Ministério da Educação, Hospitais, Segurança Social e Serviços Médico-Sociais. Merecem ainda destaque acontecimentos como o 12.º aniversário da Intersindical Nacional e do Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa, que decorrerá em 13 e 14 de Novembro próximo, no Pavilhão do Sacavenense.

● **Sunviato** – Nesta empresa de Vila Nova de Gaia, com mais de 300 trabalhadores, a administração preparava-se para despedir mais de 100 trabalhadores, depois de ter feito o mesmo aos contratados a prazo. Entretanto suspendeu 52. A resposta foi a paralisação, exigindo

## Lutas



Concentração de metalúrgicos no Porto

projecto com o qual o Governo afirma concordar» – sublinham os trabalhadores – continuam a ser os objectivos centrais da luta que se desenvolve na Mesa. A forma adoptada tem sido ultimamente as concentrações junto ao Conselho de Ministros e de vários Ministérios. Para hoje, dia 30, está anunciada uma concentração geral, a partir das 9 horas da manhã, junto da presidência do Conselho de Ministros, na rua Gomes Teixeira, em Lisboa. Os trabalhadores apelam à solidariedade.

● **Metalúrgicos** – Com forte adesão, e incluindo nomeadamente a região do grande Porto, o sector da metalurgia e metalomecânica tem paralisado por todo o País. A recusa do lecto salarial «AD» está no centro do conflito, que já levou a várias paralisações. No dia 23 no Porto, além das paralisações (na João Rodrigues da Costa, adesão de 70 por cento; Soares da Costa, 90 por cento; Serpa, 96 por cento; Sarto e Barreto, 70 por cento; Fundação do Rio Sousa, 75 por cento; Feruni, 75 por cento) houve uma concentração em frente à delegação do Ministério do Trabalho. A inflação registada durante a vigência dos actuais salários é superior a 26 por cento. O patronato não quer ir além dos 19. No CCTV estão interessados cerca de 150 mil trabalhadores.

● **Sunviato** – Nesta empresa de Vila Nova de Gaia, com mais de 300 trabalhadores, a administração preparava-se para despedir mais de 100 trabalhadores, depois de ter feito o mesmo aos contratados a prazo. Entretanto suspendeu 52. A resposta foi a paralisação, exigindo

os trabalhadores organizados a reintegração dos companheiros. Estes, embora sem trabalho, continuavam anteontem dentro da empresa.

● **Vilar, Equimetal, Mecanor, Sepsa** – Nestas empresas, ou delegações de empresas da região do Porto, continuam os atrasos no pagamento de salários e subsídios. Na generalidade, aumentam os contratados a prazo.

● **Jotocar** – Invocando falta de encomendas e saturação do mercado dos móveis, a administração desta empresa quer recorrer ao despedimento colectivo. Por alegadas dificuldades financeiras, que não podem ser imputadas aos trabalhadores, ameaçam ainda com despedimentos as administrações da Eurofer e da Companhia Aliança – empresas do Porto.

● **Salvador Caetano, EFI** – Aumentos selectivos, isto é seleccionados conforme a «boa vontade» da administração, são praticados nestas empresas, naturalmente como forma de repressão contra os trabalhadores organizados e que defendem a unidade.

● **Hotel Baía** – Depois de 52 dias de luta, apoiada pela população e pelos trabalhadores de Cascais, foi ratificado num plenário, sábado passado, o acordo que suspendeu as paralisações no Hotel Baía. O acordo não se opõe nomeadamente ao funcionamento legal dos órgãos representativos dos trabalhadores na empresa. Para 7 de Outubro próximo era anunciado o tratado um plenário a fim de escolher os trabalhadores que farão parte de uma comissão paritária. O Sindicato da Hoteleira, terça-feira, um dia depois do

regresso ao trabalho, denunciava entretanto publicamente o não cumprimento do acordo por parte do conselho de gestão do hotel, que mandou os gorilas para a porta procurando intimidar os trabalhadores. Continuam ameaçados vários postos de trabalho.

● **Cimentelras (Cimpor, Secil e Entrepoto Industrial das Ilhas)** – A tentativa de imposição do lecto salarial «AD» obrigou, segunda-feira, os trabalhadores das cimentelras a paralisarem o trabalho pela sétima vez. O prosseguimento das paralisações estava previsto, anteontem das zero horas de quarta-feira até às três horas do próximo sábado, caso não progredam as negociações. As posições intransigentes dos conselhos de gerência das cimentelras nacionalizadas inscrevem-se na campanha de desprestígio do sector empresarial do Estado, levada a cabo pelo Governo «AD», acusam os sindicatos do sector.

● **CP** – Há perto de 10 meses que os reformados e outros pensionistas desta empresa nacionalizada aguardam os aumentos que lhes são devidos segundo o acordo concluído em fins do ano passado. Em sinal de protesto e solidariedade, a Federação dos Sindicatos do sector anunciou uma paralisação dos trabalhadores da CP para o próximo dia 8, entre as 14 e as 18 horas.

● **EDP** – No princípio desta semana organizações sindicais representadas na EDP previam a adopção de novas formas de luta, se não fossem dadas entretanto as garantias que exigem, designadamente contra as tentativas governamentais de desmembrar a EDP.

## Movimentação na Função Pública

### ● Encontro da Segurança Social

A Função Pública em geral, e mais particularmente a Previdência e Serviços Médico-Sociais, movimenta-se no sentido de impedir que se concretizem os projectos que o Governo «AD» acalenta com o objectivo principal de submeter por completo, ou mesmo inviabilizar, a organização representativa, sindical e outra, nos serviços públicos da Administração Central e Local. Uma série de iniciativas, da parte dos trabalhadores organizados no sector, destina-se a contrariar e pôr cobro, se possível com a maior rapidez, à manobra em curso que, através do chamado «pacote laboral», procura acabar com negociações de qualquer ordem entre a Administração e os sindicatos e as organizações representativas nos locais de trabalho. Nas iniciativas dos trabalhadores da Função Pública contra a ofensa-

va «AD» no sector tem contado muito a acção do Sindicato da Zona Sul e Açores, da Federação, da Frente Comum, que engloba mais de trinta organizações, e ainda da Comissão Negociadora Sindical que, na qualidade de principais intervenientes nas negociações da contratação colectiva, aprovaram recentemente uma proposta reivindicativa comum (PRC) com uma tabela salarial para o próximo ano, e têm desenvolvido intensa actividade no que respeita ao processo de integração dos trabalhadores da Previdência no regime jurídico da Função Pública. Nesta linha de acção se inscreve o 2.º Encontro dos ORTs da Segurança Social que decorreu na última segunda-feira, dia 27, no Sindicato dos Rodoviários, em Lisboa, e onde foi aprovada

uma resolução e outros documentos relativos aos interesses imediatos e a curto prazo de



dezenas de milhar de trabalhadores, nomeadamente das Cais e do agora chamado Centro

Nacional de Pensões. Formas de luta podem ser anunciadas brevemente, se o Governo e designadamente o secretário de Estado da Segurança Social se mantiverem em posições que não dão saída às propostas sindicais, no sentido da negociação de diplomas que entretanto foram publicados, principalmente o Decreto-Lei 278/82 «nascido da vontade única deste Governo, sem ter sido discutido e negociado com os Sindicatos, que em tempo apresentaram ao Governo as suas propostas» e que se caracteriza «por não contemplar alguns dos principais direitos dos trabalhadores, tais como tolerâncias, faltas e direitos da mulher trabalhadora», como realinha a resolução aprovada no 2.º Encontro dos ORTs da Segurança Social efectuado em Lisboa na última segunda-feira.

## Nacional

### A propósito da promulgação da lei de revisão constitucional

Depois de conhecida, na passada semana, a promulgação da lei de revisão constitucional, e respondendo a solicitações de diversos órgãos da comunicação social, a SIP do PSP divulgou o seguinte comentário:

«Como é sabido, o PCP sempre se manifestou contra esta revisão da Constituição acordada e negociada entre o PS e a AD e sempre defendeu que essa revisão deveria ter sido evitada através do recurso e a medidas democráticas e consti-

tucionais, designadamente com a dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições legislativas. Apesar de se terem tomado uma grande reclamação popular e nacional, tais medidas não foram tomadas, tendo assim permitido que a aliança da AD com o PS tivesse consumado na Assembleia da República a revisão da Constituição que comporta sérios perigos para o regime democrático.

Promulgada a Lei da Revisão

(como aliás era de esperar) ficam mais próximos esses perigos, nomeadamente do exercício pelo governo AD das competências militares que segundo esta lei de revisão são transferidas do Conselho da Revolução e do Presidente da República para o governo.

Entretanto, é de sublinhar que, apesar da promulgação e futura entrada em vigor da lei de revisão da Constituição, as medidas de há muito propostas

pelo PCP – demissão do governo, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo de gestão e convocação de eleições legislativas antecipadas (nas quais como tudo indica, a AD sofreria uma estrondosa derrota) – não só continuam a ser necessárias e urgentes, como continuam a apresentar-se como inteiramente eficazes para derrotar os planos da AD e garantir a defesa e o prosseguimento do regime democrático».

### «AD» tenta aproveitar homenagem a Rosa Mota

Em comunicado recentemente divulgado, a DORP do PCP «alerta a opinião pública, os desportistas, o povo do Porto, para a tentativa de aproveitamento eleitoralista por parte da «AD» da justa homenagem à grande desportista Rosa Mota, ao treinador Pompílio Ferreira e ao Centro de Atletismo do Porto, no dia 3 de Outubro na Foz do Douro».

«Rosa Mota – sublinha a DORP – é uma jovem desportis-

ta modesta e exemplar, democrata, filha do povo do Porto. O seu notável feito, que legitimamente encheu de satisfação o povo do seu país e da sua terra, foi alcançado apesar da completa falta de apoio à prática desportiva de que a «AD» e o seu Governo são os principais responsáveis».

«A prevista vinda de Pinto Balsemão ao Porto com outros membros do Governo «AD» para,

em conjunto com o coronel fascista Rocha Pinto (Governador Civil, um dos principais responsáveis pelos crimes cometidos na madrugada sangrenta do 1.º de Maio), o desacreditado presidente da Câmara e outros autarcas da «AD», fazerem eleitoralismo à sombra da homenagem a Rosa Mota, assume foros de autêntico escândalo nacional».

A terminar, a DORP «apela à participação massiva dos desportistas e do povo do Porto na

homenagem a Rosa Mota, ao prof. Pompílio Ferreira e, ao Centro de Atletismo do Porto e para lhes testemunhar a sincera e profunda homenagem do povo e dos democratas do Porto ao seu feito e ao seu trabalho».

E a terminar: «Estamos certos que o Porto sabrá homenagear os seus desportistas e que sabrá também dar a resposta adequada aos que pretendem inqualificavelmente aproveitar-se dos seus louros».

## Terra

### Reforma Agrária, sábado, em Avis Melhorar a produção resistir à ofensiva

Mais de meio milhar de trabalhadores e técnicos agrícolas, em representação das UCP/Cooperativas, participarão no próximo sábado, em Avis, nas instalações da Cooperativa 1.º de Maio, no Encontro das Culturas Outono-Primavera 82.

Promovido por iniciativa dos Secretariados das UCPs/Cooperativas Agrícolas e dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura dos distritos do Alentejo e Ribatejo, este Encontro preparará a nova campanha de culturas outonais que se aproxima e procederá a um balanço da produção agrícola obtida no último ano.

Conforme refere um docu-

mento subscrito pelos promotores da iniciativa, «grande parte do êxito de uma campanha agrícola reside na sua correcta programação». Daí, a necessidade dos trabalhadores saberem o que produzir, onde o fazer e quais as formas de obter as melhores produções.

«É altura para aprontarmos as alfaias que se vão utilizar – salientam os trabalhadores agrícolas – e comprar os adubos que vão subir mais uma vez». Também a semente, considerada factor determinante para uma boa colheita, constitui uma preocupação de quem trabalha a terra dado que «grande parte dos maus resultados que por

vezes ocorrem são devidos ao uso de semente imprópria».

De acordo com o documento a «oportunidade da execução de sementeira é meio caminho andado para uma boa seara. Há que fazê-la quando a terra estiver em boa sação e o mais rapidamente possível. Nada deve faltar nessa altura. Por isso temos de começar desde já a preparar as sementeiras de cereais para a próxima campanha».

Em relação às boas colheitas obtidas o ano passado, salientam os sindicatos agrícolas que isso se deveu em grande medida ao trabalho das UCPs/Cooperativas. Na verdade, tais resultados atestam bem das po-

tencialidades da Reforma Agrária e do esforço heróico dos trabalhadores tanto mais que tudo foi feito sob os ataques do MACP, da sua acção violenta e destruidora, com usurpação de terras, gados, máquinas e instalações, com o cerco financeiro e a total ausência de apoio técnico por parte do Estado.

No decorrer do Encontro cujo lema é produzir e resistir, serão igualmente analisadas as principais formas de luta e resistência a adoptar para os próximos meses tendo em linha de conta que, todo o indica, se continuará a desenvolver a ofensiva do Governo «AD» contra a Reforma Agrária.

### Agostinho Neto evocado no Porto

No passado dia 21 de Setembro realizou-se à noite, no auditório nacional Carlos Alberto, no Porto, uma sessão comemorativa do aniversário do nascimento do presidente Agostinho Neto. A sessão, promovida pela Associação de Amizade Portugal-Angola e na qual participaram vários representantes da embaixada angolana e artistas angolanos e portugueses, registando-se intervenções alusivas à me-

mória de Agostinho Neto, foi presidida por Artur Sentieiro, da Direcção Regional da Associação de Amizade. Na mesa encontravam-se personalidades democráticas conhecidas pela sua intervenção política e cultural: António Macedo, Armando de Castro, Ruy Luis Gomes, Virgínia Moura, Herculano José Carlos, Daniel de Matos, José Morgado e Noémia Lago.

### Aniversário da República da Guiné-Bissau

A Associação de Amizade Portugal-Guiné Bissau promoveu uma sessão comemorativa do nono aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau na passada sexta-feira, em Lisboa. Esteve presente o secretário de Estado das Pescas da Guiné-Bissau, Flávio Prounça, que se deslocou ao nosso país em missão oficial.

Rogério Paulo, Presidente da Assembleia Geral da Associação, evocou a figura de Amílcar Cabral e a proclamação, em Madina do Boé da nova república, facto que se registou sete meses antes de 25 de Abril de 1974. Durante a sessão foi projectado um filme «Actos e Feltos da Guiné», da autoria de Fernando Matos Silva.

## Internacional

## Médio Oriente

## Centenas de milhares de israelitas exigem na rua demissão de Begin

A maior manifestação na história de Israel condenou no passado sábado a política de genocídio das autoridades sionistas e exigiu as demissões de Begin e Ariel Sharon. Cerca de 400 mil pessoas (qualquer coisa como 10 por cento da população israelita), saíram à rua em Tel-Aviv para responder ao apelo feito pelo Movimento Paz Agora, pelo Partido Trabalhista e outras forças de oposição ao regime de Begin, manifestando o profundo repúdio popular pelo massacre verificado nos campos de refugiados em Beirute Ocidental e que horrorizaram o mundo inteiro.

Mesmo os que ontem apoiaram Begin na invasão do Líbano, como o dirigente trabalhista Shimon Peres, clamam hoje pela demissão do governo, a retirada imediata das tropas israelitas de Beirute e a constituição de uma comissão de inquérito aos massacres.

Uns, porque embora tarde, acabaram por acordar para a realidade e finalmente reconheceram a verdadeira face da barbárie sionista; outros por puro oportunismo, a verdade é que hoje todos exigem a cabeça dos responsáveis pela morte de milhares de palestinos indefesos.

Pelos responsáveis mais próximos dos acontecimentos, claro, porque os outros, os que criaram as condições para que

uma longa história deste género de coisas. Talvez todos precisásemos de um choque como este para nos apercebemos do que tem vindo a acontecer já há muito tempo.

Quantas vítimas mais serão precisas para que sejam tomadas medidas concretas que façam deter as autoridades sionistas de Israel?

Não basta «lamentar» as atrocidades cometidas pelo governo de Begin com o total apoio (militar, económico, diplomático) dos Estados Unidos.

Como afirmou Yasser Arafat, em entrevista concedida à cadeia de televisão norte-americana «ABC», há que tomar consciência de que aquilo que foi feito em Beirute e no Líbano não foi apenas uma agressão israelita mas uma conspiração

compreender uma vez mais quanto hipocrisia encerram as «lamentações» da administração Reagan quanto ao procedimento de Israel no Médio Oriente.

## É preciso tomar medidas

Que outra coisa seria de esperar do imperialismo norte-americano, que se serve dos sionistas para atingir os seus fins não só naquela região, mas também na América Latina, como ainda há dias foi revelado

seja liquidado. A nível interno, com o reforço do movimento popular israelita e da unidade de todas as forças que aspiram a uma verdadeira paz no Médio Oriente, com o reconhecimento de uma pátria independente para o povo palestino. A nível internacional, com a unidade de todos os países árabes e de quantos se empenham na luta pela paz.

O Conselho Mundial da Paz, reunido em Viena no passado fim-de-semana, avançou mais algumas propostas nesse sentido.

dios praticados por Israel; pediu que o Prémio Nobel da Paz seja retirado a Begin; apelou que sejam boicotados os produtos e os transportes marítimos e aéreos de Israel; decidiu apoiar o plano da Cimeira de Fez e condenar o projecto Reagan para o Médio Oriente, que não passa, na opinião dos representantes dos cinquenta países participantes na Conferência, de uma continuação da política de Camp David.

Muitas outras medidas poderão e deverão ser tomadas. Se a comunidade internacional se



Condernar os assassinos não basta. É preciso que o povo palestino tenha direito à sua pátria

pelo jornal britânico «Guardian»? Será assim tão surpreendente que Tel-Aviv forneça armas a uma série de regimes ditatoriais da América Latina, colabore com os respectivos serviços secretos e, a pedido de Washington, conceda créditos a ditaduras militares, como ainda recentemente sucedeu em relação à junta salvadoreña?

E como se atreveria Israel, apesar da condenação internacional e da fortíssima contestação interna, a continuar a actuar da mesma forma como até aqui no Líbano, se não contasse com o apoio dos Estados Unidos?

Recorde-se como a oportuna recusa em evacuar as tropas israelitas de Beirute tem estado a retardar a instalação das tropas francesas, italianas e americanas que integram a Força Multinacional destacada para defender a população civil libanesa. Ou então, como as autoridades sionistas em Beirute se recusam a autorizar que os campos palestinos sejam reconstruídos para realojar as famílias vítimas da sua fúria destruidora, fazendo saber ao comissariado das Nações Unidas para os Refugiados que apenas permite que os palestinos sejam instalados em tendas.

Muita pressão terá ainda que ser feita para que o «monstro» criado pelos Estados Unidos

Pronunciou-se pela realização de uma Conferência Internacional, encarregue de decidir sobre a criação de um «Tribunal Internacional» que julgaria os crimes de guerra e os genocídios.

empenhar seriamente nisso, os massacres de Beirute e todos os outros que os antecederam terão pelo menos servido para acelerar o retorno dos palestinos à Palestina.

## Paz

## Celebrar a conquista do cosmos a pensar na defesa da paz

Há apenas trinta anos, muitos especialistas, incluindo laureados com o Prémio Nobel, duvidavam das nossas conclusões sobre voos espaciais e desbravamento do cosmos. Estas estão hoje materializadas e eu gostaria, por isso, de felicitar os meus colegas soviéticos por terem sido os primeiros a dar forma aos sonhos e planos dos fundadores da cosmonáutica, com o lançamento, em 4 de Outubro de 1957, do primeiro satélite artificial da Terra e envio ao espaço, em 12 de Abril de 1961, do primeiro cosmonauta, Yuri Gagarine.

As palavras são de Herman Oberth, cientista alemão que foi um dos fundadores da ciência e da técnica espaciais, à sua chegada a Moscovo onde se deslocou para participar na Conferência

sobre História da Cosmonáutica, que assinala o 25.º aniversário da Era Cósmica.

Faça o balanço das realizações da cosmonáutica no seu primeiro quarto de século e debata questões como a construção de foguetes-transportadores dos aparelhos espaciais, a medicina, a biologia e psicologia cósmicas e a cooperação internacional no estudo e aproveitamento do Espaço, são os principais objectivos desta Conferência.

A matéria é vasta, assinalou Herman Oberth, que considera que o desbravamento do espaço pode solucionar todos os problemas vitais da humanidade.

E também agravá-los, como não deixou de salientar o cientista ao manifestar a sua profunda preocupação pelos planos de aproveitamento das conquistas neste ramo para fins militares que estão a ser desenvolvidos pelos Estados Unidos.

É necessário agora, afirmou, toda a resistência possível a estes projectos. A deflagração de uma nova guerra mundial poderá exterminar tudo quanto é vivo na Terra, como é do conhecimento de todos. A utilização dos meios cósmicos agrava ainda mais esse perigo.

A consciência desta ameaça latente sobre a humanidade ganha dia-a-dia mais força, como o demonstram os movimentos que se manifestam em prol da paz e do desarmamento em todo o mundo e com particular incidência nos países capitalistas, onde o perigo mais se faz sentir. Mesmo nos Estados Unidos são cada vez mais as vozes que se levantam para condenar a corrida ao armamento.

Ainda recentemente o congressista norte-americano John Moakley anunciou a sua intenção de apresentar na Câmara dos Representantes uma resolução exigindo ao presidente Reagan o começo imediato das conversações com a URSS sobre a proibição de todo o tipo de armas no espaço cósmico.

O congressista, do Partido Democrático, lançou na altura um apelo para a realização de



Em Lisboa, como um pouco por toda a parte, os massacres de Beirute comoveram e indignaram pessoas de todos os credos

## "Israel fora do Líbano!"

## Manifestação em Lisboa frente à embaixada de Israel

Perto da embaixada de Israel, a que os acessos estavam vedados com gradeamentos e pela presença Policia, uma pequena multidão juntou-se, no fim da tarde de 6.ª feira, para protestar contra os massacres nos campos de refugiados de Beirute. Uma voz solidária em Portugal, a somar-se ao grande protesto que em todo o mundo — e também em Nova York e Jerusalém — se ergue contra a acção genocida praticada pelos fascistas palestinos, com a participação directa do exército de Israel, e as armas e os planos de Washington. Uma voz que no nosso país se vai reforçando.

«Somos muito mais do que há três meses», quando do protesto contra a invasão do Líbano — foi destacado numa das intervenções.

Convocada pelo Comité Português para a Paz e Cooperação, a concentração contou com o apoio de diversas organizações: União dos Sindicatos de Lisboa, MDM, Juventude Operária Católica e Associação de Amizade Portugal-Países Árabes e Palestina.

Nas diversas intervenções, nomeadamente nas de Sousa Marques, que encerrou o pequeno comício, e Fernando Loureiro, que falou em nome da Associação de Amizade Portugal-Palestina, destaque foi dado à iniludível responsabilidade de Israel e dos Estados Unidos no massacre, à responsabilidade do sionismo e do imperialismo nos 20 000 mortos, nos 40 000 desaparecidos, parcela do dra-

mático saldo da invasão do Líbano.

Destaque também para a mais que equívoca posição do Governo português, que só reconheceu a culpabilidade de Israel quando de todo em todo se tornou impossível negá-la, que corresponde a uma objectiva cumplicidade com o monstruoso crime praticado. Igualmente assinalada foi a posição assumida por Mário Soares, que no mínimo se pode qualificar de transigência para com a política sionista e imperialista.

Os participantes na concentração aprovaram um apelo, denunciando o crime, chamando a atenção para a ameaça para a paz mundial que guerras como esta constituem, e expressando a solidariedade com o povo do Líbano.



tanta violência, tanta destruição, tanto sangue fosse derramado — os Estados Unidos — prosseguem a sua política do que consideram a «defesa dos interesses vitais» norte-americanos.

Como afirmou a semana passada o rei Hussein da Jordânia, os Estados Unidos criaram «um monstro» no Médio Oriente. Os israelitas — recordou — têm

americana contra os palestinos.

Uma conspiração que continua e cuja desfecho está ainda mergulhada na obscuridade. Basta recordar com que indignação a delegação dos Estados Unidos abandonou a reunião de Viena sobre energia por a esmagadora maioria dos participantes ter decidido a expulsão de Israel dos trabalhos, para se

## Cimeira na Cidade da Praia

## Aumento da cooperação reforço da independência

A Cimeira dos Chefes de Estados dos cinco países africanos de expressão portuguesa, que decorreu na Cidade da Praia nos dias 21 e 22 deste mês, censurou «certos países» que permitem «que os seus territórios sirvam de base de apoio para o fomento e preparação de acções subversivas e terroristas».

«A tolerância perante estas acções — faz notar o documento final da Cimeira — torna-se, na prática, numa cumplicidade para com os agressores dos nossos povos e reflecte uma atitude inamistosa para com os nossos governos».

Os cinco chefes de Estado, — Samora Machel, de Moçambique, José Eduardo dos Santos, de Angola, Aristides Pereira, de Cabo Verde, Bernardo Vieira, da Guiné e Pinto da Costa, de S. Tomé e Príncipe — condenaram a «guerra não declarada imposta à Angola e Moçambique pelo regime racista sul-africano» e sublinharam durante a reunião a sua «identidade com as posições» daqueles dois países na defesa da paz na África Austral.

A análise da situação criada pelas constantes ameaças e ataques da África do Sul levou ao reconhecimento de que a República Popular de Angola «nunca conheceu um momento de paz desde a sua independência, sendo obrigada a concentrar a maior parte do esforço nacional na defesa do território».

A escalada de ameaças e agressões do regime de Pretória à República Popular de Moçambique preocupa igualmente os cinco chefes de Estado, que condenaram veementemente a «utilização crescente por Pretó-

ria de forças de mercenários e bandidos que treina, financia, enquadra e comanda» contra aqueles países e outros da Linha da Frente.

A necessidade de reforçar a capacidade defensiva de Angola e Moçambique foi unanimemente reconhecida, inserindo-se neste contexto a censura a certos países pelo apoio dado aos que declaradamente estão ao serviço dos inimigos dos novos países de expressão portuguesa.

Ainda no quadro da situação que se vive na África Austral, os cinco presidentes sublinharam o apoio dos respectivos países à Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Namíbia, denunciando ao mesmo tempo as manobras que pretendem entrar as negociações em curso, designadamente as tentativas de estabelecer uma ligação entre a presença de tropas cubanas em território angolano e a independência da Namíbia como forma de entrar o processo de descolonização.

## Comissão Ministerial

A III Cimeira da Praia permitiu aos cinco chefes de Estado concluir que a tensa situação que



Na cooperação e unidade se constrói o futuro dos novos países de expressão portuguesa

se vive em Angola e Moçambique está na origem da deficiente aplicação das decisões das cimeiras anteriores, designadamente a realizada em Maputo, em 1980. Como forma de ultrapassar essas dificuldades foi decidido criar um «quadro institucional», no âmbito do qual funcionará uma comissão ministerial que terá a seu cargo o estudo, coordenação e promoção de acções diversas nas áreas de

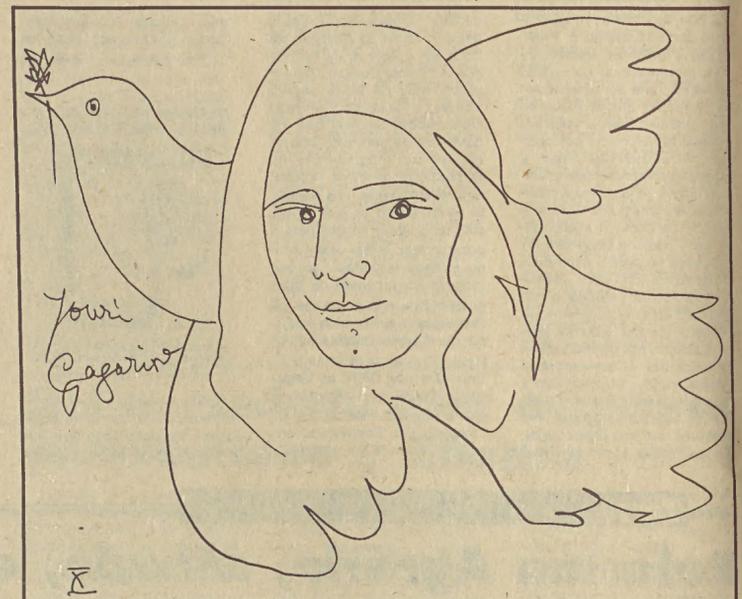
cooperação entre os cinco países.

A Comissão Ministerial intervirá, entre outras coisas, na área das Finanças, sendo possível a futura criação de um banco comum, bem como de um instituto de seguros; dos Transportes; Comércio externo e formação de quadros. De acordo com as conclusões da Cimeira, caberá ao país anfitrião de cada conferência assegurar a dinamização das decisões tomadas.

Por outro lado, os chefes de Estado de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe debateram a «conveniência da introdução do português nas organizações internacionais» para o que acordaram «empreender acções com vista à materialização deste objectivo», nomeadamente através do «estabelecimento de mecanismos de consulta aos outros países de língua portuguesa».

A cooperação entre os cinco países ganha forma. Para além de um passado de luta contra o colonialismo, têm em comum o desejo de superar as dificuldades internas de cada um, de reforçar os laços de amizade que os unem e de contribuir para o fortalecimento da unidade africana.

Como sublinhou no final o presidente de Cabo Verde «os nacionalistas e guerrilheiros de ontem tornaram-se homens de Estado, que se encontram a dirigir, de forma coerente e rigorosa, o processo tão complexo e exaltante da construção de uma sociedade nova».



A conquista do espaço pode resolver os problemas vitais da humanidade... se o objectivo dos homens for a paz e não a guerra. — Desenho de Pablo Picasso

jeitar a humanidade a um perigo ainda maior do que o actual.

## Porpostas de paz

A não militarização do cosmos, defendida por vários países, e que certamente dominará as atenções na Conferência de Moscovo, insere-se de resto numa política global de pacificação e desarmamento que vem sendo desenvolvida consequentemente pela URSS.

Depois da redução dos efectivos e armamentos soviéticos na Europa Central; da suspensão da instalação e redução do número de armas nucleares de médio alcance capazes de atingir alvos na Europa Ocidental; do compromisso voluntário de que os soviéticos não serão os primeiros a usar armas nucleares; a URSS avançou recentemente com novas propostas de

mais a situação na região.

Especificando, o dirigente soviético pediu para que não sejam enviadas para aquela zona grandes unidades navais, e para que não se procedam a manobras militares, nem se ampliem ou modernizem as bases militares dos países não ribeirinhos, que as possuam no Oceano Índico.

Leonid Brejnev afirmou igualmente que a URSS está pronta a renovar, em qualquer momento, as conversações bilaterais suspensas pela parte americana sobre a limitação e redução das actividades militares no Oceano Índico.

Inspirando-se na vontade de conseguir a eliminação da ameaça de guerra e a ampliação da cooperação pacífica em todo o mundo, a União Soviética propõe que os dirigentes

para o congelamento nuclear.

Para o general Rogers, as sugestões entradas no congresso dos Estados Unidos para que a administração Reagan diminua em 250 mil homens os seus efectivos na Europa ocidental são uma «tolice». Para o homem da NATO, «inteligente» seria o aumento para 4 por cento dos efectivos, em vez dos três por cento já acordados.

Para quem pretende — e já começou — a militarização do cosmos; para quem defende o levantamento das restrições à utilização de armas químicas; para quem faz da política de agressão a sua principal razão de ser, torna-se difícil entender a linguagem universal dos que lutam pela paz.

Terão de ser os povos do mundo a impô-la.